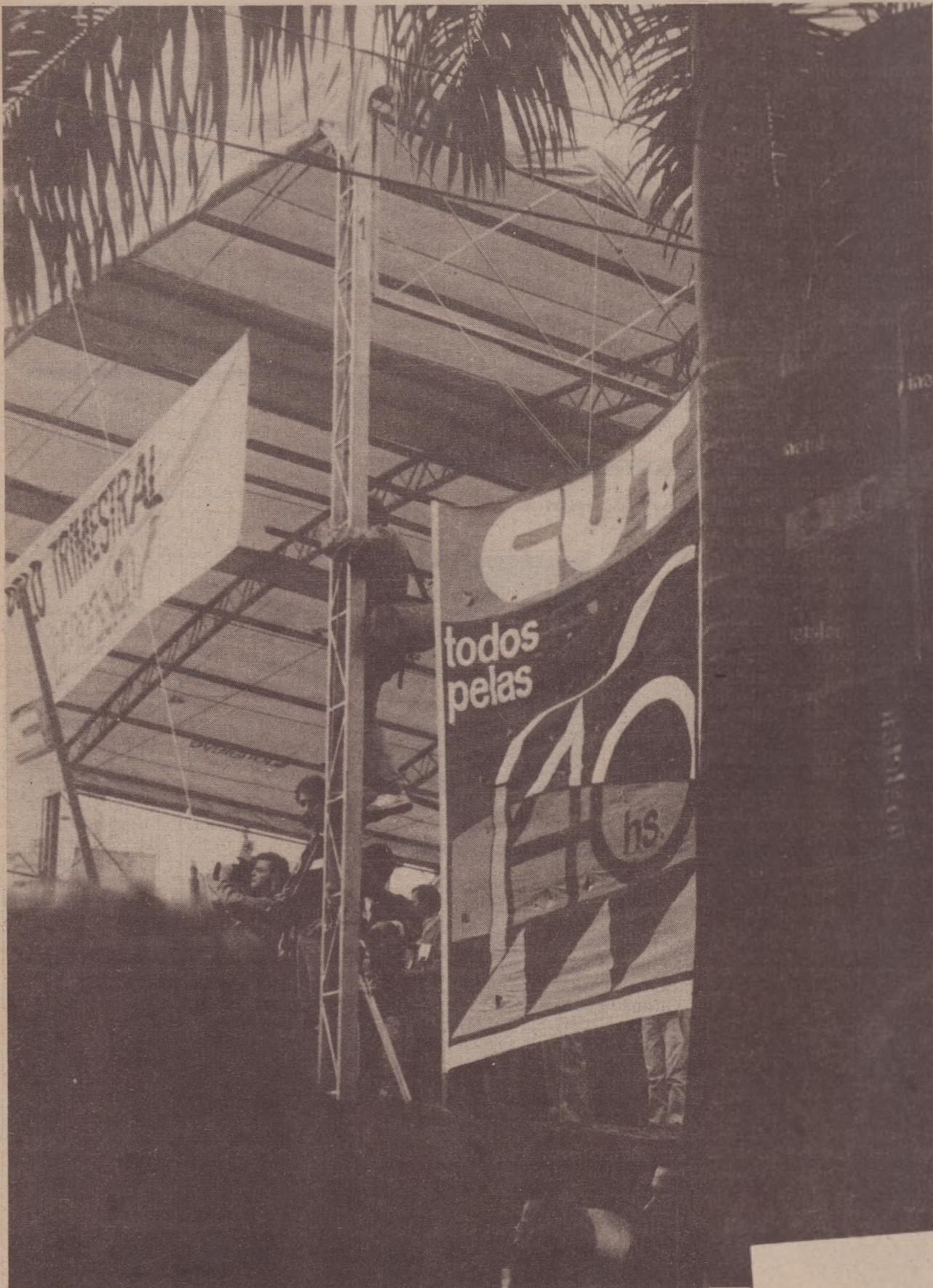


# EM TEMPO:

Periódico Nacional • Ano VIII • Nº 200 • maio de 1985 • Cr\$ 2.000



*Uma  
explosão  
de greves  
na “Nova  
República”*

---

## **NICARÁGUA**

Reagan ataca a Revolução

---

## **ABC**

Dirigentes e ativistas  
falam da greve



# A "Nova República" e as greves

*As greves expõem os trunfos e impasses do governo Sarney: a rigidez da política econômica, o apego ao autoritarismo e o recurso à conciliação.*

Isaac Akcelrud

A perda das exportações é o "argumento" mais esclarecedor da grande burguesia contra as greves. São as lágrimas mais sinceras das multinacionais. Só a indústria automobilística já deixou de faturar 140 milhões de dólares e o buraco pode chegar a 200 milhões, agora, em maio. É assim que alertam os banqueiros americanos e o FMI. Pois as exportações se destinam a converter o suor dos peões em dólares para pagar juros de agiota da monstruosa dívida externa. Para exportar, precisam produzir a "preços competitivos", isto é, aumentar cada vez mais a extorsão de mais-valia a começar pelos mais baixos salários que for possível. Quer dizer que os juros são pagos aos banqueiros estrangeiros com a fome dos brasileiros.

Isto posto, fica bem claro que não é a greve que é insuflada, mas a intransi-

**As negociações com as montadoras são controladas pelas matrizes nos Estados Unidos e na Alemanha. Isto já é do conhecimento de centenas de milhares de metalúrgicos. Eles já identificam a cara hedionda do sangue-suga imperialista.**

gência das multinacionais apoiadas pelo governo é que é orientadora do exterior. As negociações com as montadoras, por exemplo, são controladas pelas matrizes nos Estados Unidos e na Alemanha. Isto já é do conhecimento de centenas de milhares de metalúrgicos. Com sua própria experiência, já podem identificar a cara hedionda do sangue-suga imperialista.

Com o "argumento" das exportações, além disso, a burguesia retira a questão das greves da área trabalhista e põe o golpismo gorila de orelha em pé. É um sinal de desconfiança a Pazzianotto, que ainda não pode ser um fura-greves como Murillo Macedo, mas também não está conseguindo a conciliação de classe.

Expressão da ambigüidade da "nova república", Pazzianotto dá uma no cravo e outra na ferradura. Está sendo severamente criticado nas altas esferas do poder. De público já apareceu o seguinte:

1 - Apesar de ser contrário a correção trimestral dos salários, o que marca pontos, Pazzianotto é malhado por ser "tolerante em relação a bandeira da

redução da jornada de trabalho" (*O Globo*, 9.5.85).

2 - O ministro "Toninho malvadeza", das Comunicações, anunciou que decidiu exigir a ilegalidade da greve dos postalistas, o que é uma crítica aberta à "moleza" de seu colega do Trabalho. Nessa ordem de choques interministeriais, falta saber que ministro patrocinou a sentença sobre a ilegalidade da greve dos metalúrgicos paulistas.

3 - A grande invasão da área de Pazzianotto está documentada na entrevista de Roberto Gusmão, ministro da Indústria e Comércio, que veio a São Paulo para apertar as cravelhas em torno de Montoro, "na qualidade de emissário do Presidente Sarney" (*O Globo* 5.5.85).

Já se pode distinguir três níveis ministeriais: o ministro "intocável", sr. Dornelles, segundo advertência pessoal e explícita do próprio Sarney aos demais ministros (*O Globo*, 9.5.85); em seguida, o ministro "emissário do pre-

cumprido, "pois é a lei". Esse é o esquema da abolição do direito de greve. É a lei, diz Gusmão com a imponente suficiência de dona da bola. Que lei? A lei fascista herdada do Estado Novo getuliano? As leis de arrocho da ditadura militar? É isso o "Muda Brasil"? Cadê a liberdade e a democracia?

Gusmão investe contra os motoristas e trocadores, metroviários, aeroaviários e aeronautas. Suas greves são proibidas, pois trabalham em setores "essenciais". É exatamente contra essa lei ilegal que foram à greve, como foi explicitado, por exemplo, pelos corajosos postalistas que não vão na conversa. É assim que a classe operária participa do debate sobre a Constituinte: lutando. As greves estão proclamando que a lei magna deve reconhecer o direito de sindicalização e de greve a todos os trabalhadores sem exceção, incluindo os chamados "setores essenciais" - o que é que não é essencial? -, os funcionários públicos, até mesmo a polícia.

gam o direito de greve e pregam o pacto social. Já não podem mais enganar como antes. Essa é a mudança.

Os capituladores e fracativos reformistas aconselham com ar de sabichões paternalistas que o movimento operário se "ajuste à realidade", "ocupe os espaços", aproveite os "instrumentos

**Gusmão investe contra motoristas e trocadores, metroviários, aeroaviários e aeronautas. Suas greves são proibidas por lei pois trabalham em setores "essenciais". É exatamente contra essa lei que foram à greve. É assim que a classe operária participa do debate sobre a Constituinte: lutando.**

possíveis". Para esses homens sensatos a realidade é o "comandante Sarney" que Tancredo deixou como herança. Olham através da luneta burguesa. A luta da classe operária atrapalha seu idílio com os capitalistas. Já esqueceram há muito tempo que não basta conhecer a realidade, mas é preciso modificá-la, assim como não basta saber o que fazer mais é preciso ter a coragem de fazê-lo.

Está na cara que os patrões e o governo só cederão alguma coisa quando não tiverem alternativa, quando ceder lhes pareça mais barato que reprimir. O melhor exemplo é o que está acontecendo com a promessa de reforma agrária. O ministro Nelson Ribeiro pretendia submeter seu projeto de reforma agrária ao debate público, mas foi colocado sob estado de sítio pelos latifundiários reunidos na sede da ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebú. Não só adiou a apresentação pública do projeto - quem adia uma vez pode adiar cem vezes - como teve que renunciar a paternidade e direitos autorais, avisando que não se trata da opinião do governo, mas de um documento aberto para ser estudado posteriormente.

É um claro esquema de protelações. Ribeiro não pode comprometer o chefe Sarney diante de seus colegas grandes proprietários rurais. Além desse recuo, Nelson Ribeiro iniciou a recauchutagem do Incra, tentando salvar do naufrágio uma estrutura desmoralizada cujo objetivo é não fazer reforma agrária. Ribeiro é um Pazzianotto rural. A liderança zebuina do latifúndio também pertence à área do ministro Gusmão, pois as transformações capitalistas no campo orientaram a produção para a exportação para gerarem dólares a serem carreados para as burras dos credores externos. Gusmão faz brilhante carreira. É cada vez mais confiável desde que foi plantado, como "primeiro ministro", no governo Montoro para preparar o lançamento da candidatura indireta de Tancredo por São Paulo.

Estão todos com muita pressa porque os banqueiros exigem confiabilidade política. O "intocável" ministro Dornelles faz saber que os acordos com o FMI (que não abre mão do controle da economia brasileira) não serão discutidos pelo Congresso. Em questões decisivas esse Congresso não manda nada. O que há de novo é a república de Sarney. É o despertar simultâneo dos peões nas fábricas e dos sem terra no campo.

## O tripé do governo Sarney



Dornelles:  
a voz do dono



Gusmão:  
a voz do "entulho"



Pazzianotto:  
a voz da ambigüidade

sidente", como no caso do sr. Gusmão; finalmente, os ministros sob controle, como Pazzianotto, no Trabalho, e Ribeiro, na Reforma Agrária, justo nas áreas sensíveis do mundo do trabalho.

O arrazoado de Gusmão é um casuismo só. Começa dizendo que "as greves devem ser conduzidas através de canais competentes". Como é que funciona essa greve burocrática? Em primeiro lugar, a negociação intermediada pelo Ministério do Trabalho. Depois, se o entendimento não for possível, vai-se à Justiça do Trabalho. Finalmente, o que for decidido, mesmo que não seja o melhor, terá que ser

Reconhecemos que Gusmão está certo ao invocar uma lei da ditadura, pois faz parte de um governo eleito pelo Colégio Eleitoral e não pelo povo. Foi precisamente por isso que o PT recusou-se a votar no Colégio. Mas o sr. Gusmão pode dar-se ao luxo de falar como se o sr. Sarney ainda fosse presidente do PDS de Figueiredo: "A paralisação, disse o homem, é um direito, mas tem um limite, uma duração e um objetivo". Dá para ouvir o tinir das esporas e das espadas do autoritarismo.

Gusmão estabelece as regras, dá o limite, marca a duração e impõe até o objetivo das greves. É o próprio entulho autoritário repetindo a voz do dono. Está chegando onde quer: "As greves estão sendo insufladas. Não só o PT, mas todos os partidos com conteúdo ideológico de esquerda e até alguns com conteúdo revolucionário desejam usar o movimento como palanque". Eis uma falsificação total. Não é o PT quem faz as greves. São as greves que fazem o PT. O alvo principal desse apelo à lei de segurança é o PT, já que o Planalto está em lua de mel com Amazonas e Giocondo reincidentes na linha de colaboração de classes de 1945.

O rebolado bifronte da "nova república" obriga seus ministros à política de duas caras do "morde e assopra". A ameaça é seguida do convite ao acordo. Rilham os dentes, demitem em massa e caluniam sem pudor para, logo em seguida, proporem conciliação. Ne-

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soariano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carbalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura.

**Jornalista responsável:** Américo Antunes - Reg. MTPS nº 2.769.

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC nº 46.093.549/0001-10.

**Sucursais:** Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 - sala 12 - CEP 30000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 - loja 4 - Bom Fim - CEP 90000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 - sala 1.414 - CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1.427 - CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1.550 - CEP 59072; Belém: Caixa Postal 4.001 - CEP 66000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês - Rua Arthur Azevedo, 1.977 - Pinheiros - São Paulo.



## EDITORIAL



A greve dos metalúrgicos paralisou o coração da indústria e "puxou" o ciclo das greves.

As greves dos trabalhadores que cresceram paralelamente e se alimentaram da grande greve dos metalúrgicos do ABC e do interior paulista polarizam a conjuntura. Mais uma vez, os operários metalúrgicos do ABC ocupam o seu lugar de vanguarda no movimento operário-popular, abrem novas possibilidades de luta e alteram os planos da burguesia.

A greve dos metalúrgicos ao destacarem as reivindicações de 40 horas semanais de trabalho sem redução de salário, de trimestralidade e de abono salarial, torna-se uma referência para o conjunto do movimento. Até as correntes reformistas que abraçam a proposta do pacto social têm que incorporar a defesa destas bandeiras. E, mesmo que o resultado final da greve não esteja ainda claro em São Bernardo, as conquistas de redução da jornada de

**As greves trazem instabilidade para o governo pró-imperialista da Aliança Democrática, questionam a sua política econômica e a permanência da legislação autoritária, como a lei de greve.**

trabalho são já um marco na história do movimento operário brasileiro.

Em segundo lugar, este novo ciclo grevista traz como consequência um reforço às lideranças da CUT, contribui de maneira significativa para ir empurrando a correlação de forças no movimento sindical em favor dos setores classistas e combativos do movimento.

Por fim, as greves tem uma repercussão direta na conjuntura política. Elas trazem instabilidade para o governo conservador e pró-imperialista da Aliança Democrática, questionam a sua política econômica e a permanência da legislação autoritária, como a lei de greve.

#### As iniciativas da Aliança Democrática

Ao mesmo tempo, o governo da Aliança Democrática toma as suas primeiras iniciativas, após a morte de Tancredo.

Não é mais possível a ele na atual conjuntura usar da repressão generalizada e brutal para enfrentar as greves, como fez por exemplo a ditadura em 1979 e 1980. Assim, o governo Sarney combina vários instrumentos para enfrentar as greves: intervêm em cada caso, forçando a negociação e o acordo; reprime de maneira seletiva e pontual, quando os movimentos se radicalizam; permite a decretação da ilegali-

dade da greve, facilitando o uso das demissões em massas pelos patrões. Este conjunto de iniciativas tem permitido ao governo Sarney evitar um confronto direto, prematuro e inconveniente para os seus planos com o conjunto dos trabalhadores.

Paralelamente, no sentido de acomodar tensões internas à Aliança Democrática que visavam encurtar o mandato de Sarney e de tomar o espaço para o crescimento de um movimento pelas diretas já, o governo faz aprovar no Congresso uma emenda restabelecendo eleições diretas para o sucessor de Sarney, deixando o seu mandato para ser definido na Constituinte. Apresenta também as várias medidas de liberalização da legislação da ditadura entre elas a importante medida de permissão legal à organização partidária das correntes hoje ilegalizadas — como forma de responder à pressão profunda e generalizada por democracia.

Por fim, já toma iniciativas para aprovar no Congresso, uma emenda convocando as eleições para a Constituinte em 1986, junto com a eleição do novo Congresso. É uma iniciativa também voltada para roubar espaço à proposta defendida pelo PT de realização imediata das eleições para a Constituinte.

Como já alertamos, os trabalhadores agora enfrentam um inimigo com uma importante capacidade de iniciativa e cooptação ao contrário do que acontecia nos anos finais da crise da ditadura militar.

#### A necessidade de unificar as lutas rumo a greve geral

Só este fato — o dos trabalhadores enfrentarem um governo com uma capa

**Durante alguns dias, apenas pelo cruzamento espontâneo de várias campanhas salariais, São Paulo já se colocava na prática sob o espectro de uma greve geral.**

cidade de iniciativa e cooptação importantes — já coloca em primeiro plano a necessidade de um plano global e unitário de luta contra a política econômica e contra o governo.

As condições objetivas para a viabilização de uma campanha unitária e centralizada, do movimento sindical pelo menos no Estado de São Paulo, já estão claramente colocadas. Aliás, durante alguns dias, apenas pelo cruzamento espontâneo de várias campanhas setoriais. São Paulo já se colocava praticamente sob o espectro de uma greve geral (ou pelo menos de uma gre-

ve generalizada).

As condições para a viabilização de uma tal campanha a nível nacional, pelo menos nos estados onde o movimento sindical está mais avançado, tam-

**O primeiro passo para a unificação das lutas está na definição de um programa que inclua as bandeiras econômicas da greve do ABC, o rompimento com o FMI e a reivindicação de convocação imediata de eleições para a Constituinte e para a Presidência da República.**

bém já estão colocadas a partir do momento em que a CUT vem consolidando postos importantes no movimento.

A dinâmica imprimida à grande greve dos metalúrgicos do ABC por sua direção, no entanto, trilhou um caminho diferente da politização e da generalização da luta. Sob o clima de pressão ideológica da burguesia durante os dias da doença e morte de Tancredo, foi enfatizado durante todo o tempo o caráter puramente econômico da greve, dirigida contra os patrões e não contra o governo.

Assim, sem confrontar a política econômica do governo globalmente e sem encaminhar iniciativas de unificação, as greves metalúrgicas tenderam a se centrar em um teste localizado de forças com o patronato, no qual o alcance das conquistas varia de acordo com as forças do movimento em cada fábrica ou cidade.

#### Passos para a unificação

O primeiro passo para a unificação está na definição de programas de lutas em torno do qual o movimento deve se organizar.

Este programa deve incluir as bandeiras que a grande greve dos metalúrgicos do ABC popularizou como a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução do salário e o reajuste trimestral dos salários. Deve incluir a reivindicação de rompimento com o FMI, condição indispensável para a implementação de uma política econômica voltada ao atendimento dos interesses populares.

Deve, por fim, incorporar as bandeiras democráticas da realização imediata de eleições para uma Assembleia Constituinte, livre, soberana e democrática e de eleições diretas para a presidência da República. A combinação das reivindicações econômicas com estas bandeiras democráticas é fundamental: os trabalhadores em cada greve estão já se confrontando com as leis

Amadurecem as condições para a greve geral

## A tarefa é politizar e unificar as lutas

*Em São Paulo em particular, mas também em vários outros estados do país, o ciclo grevista que promete continuar vai criando as condições para a unificação e politização do movimento.*

autoritárias que sobreviveram, no fundamental, ao fim da ditadura.

O segundo passo está na definição de um cronograma nacional de campanha pela CUT que deve ser proposto a todas as forças do movimento operário.

#### A paralisia do PT

Em um momento de tal efervescência das lutas operárias, não deixa de ser preocupante a paralisia do PT. É preocupante que em uma tal conjuntura, a reunião da instância máxima de direção do partido não tenha conseguido quorum e preparação sequer para tomar deliberações importantes para a atuação do partido.

Esta paralisia — contraditória inclusive com as definições políticas já tomadas no Diretório Nacional de impul-

**Enquanto o movimento operário luta e se mobiliza em greves, o PT é polarizado para a participação nas eleições municipais. Temos de dinamizar a vida do partido, ligá-lo às lutas operárias, atualizar o seu papel em função delas, fazendo com que ele cresça com elas.**

sionar a luta por uma convocação imediata das eleições para uma Constituinte livre, soberana e democrática — é porém, a consequência mais imediata da condução dada às greves. Se as greves se reduzem a uma dinâmica sindical, fica esvaziado em muito o papel do PT.

Reproduz-se assim a tradicional separação entre a atividade direta na luta de classes e o papel institucional. Enquanto o movimento operário luta e se mobiliza em greves, o partido é polarizado para a participação nas eleições municipais. Com o risco inclusive de ter nestas eleições uma participação "municipalista", não combinando as questões municipais com os temas das grandes lutas econômicas e democráticas do movimento operário.

Assim, o esforço para organizar uma campanha nacional do movimento operário tem esta outra componente fundamental: trata-se de dinamizar a vida do partido, ligá-lo às lutas operárias, atualizar o seu papel em função delas, fazendo que ele cresça com elas.

Ofensiva na luta do movimento operário por reivindicações econômicas. Ofensiva na luta democrática. Politizar as greves e massificar a luta institucional. É este o esforço, é este o desafio que está colocado para o PT e para a CUT nos próximos meses.



I Encontro Nacional dos Estudantes do PT

# A democracia em questão

*A Comissão Nacional de Movimentos Populares enviou à reunião do Diretório Nacional realizada nos dias 11 e 12 de maio uma circular apresentando modificações na data e nos critérios de delegações para o I Encontro Nacional dos Estudantes do PT. Com relação a uma das alterações — a inclusão de delegados natos — os estudantes petistas precisam se posicionar já, neste período de preparação para o I ENEPT.*



Inicialmente previsto para os dias 25 e 26 de maio, o Encontro ficou adiado para os dias 6 e 7 de julho. Os motivos apresentados foram: "Em vários estados não houve discussão por deficiências na estrutura orgânica do partido e a maioria dos Encontros não se realizaram. Outros estados, por questões especiais, somente conseguiram realizar Encontros Regionais. Havia também insuficiência na fixação dos critérios para retirada de delegados que se tornaram evidentes na prática além de contraditórios com a natureza do Encontro proposto. Acrescente-se a isto o fato de que os documentos produzidos por várias articulações presentes no Movimento Estudantil petista não tiveram circulação nacional." (Da circular da S.N. de M.P)

## Os critérios para a escolha dos delegados

Os critérios agora estabelecidos são os seguintes:

1. O I ENEPT será precedido de Encontros Estaduais, que por sua vez será precedidos de Encontros Municipais e Distritais. Estes Encontros deverão ser organizados tendo como referência as instâncias oficiais do PT, devendo estar presentes membros do Diretório respectivo ou filiados designados para representá-lo.

2. Poderão participar dos Encontros todos estudantes filiados ao PT até uma semana antes da data marcada para a reunião municipal-distrital. Estas reuniões, marcadas com o conhecimento das instâncias partidárias respectivas serão comunicadas aos Diretórios Regionais com antecedência. Os Encontros poderão ser realizados nas faculdades, universidades ou em conjunto de faculdades, sempre de acordo com o Diretório Municipal, Zonal ou Distrital mais próximo. Podem ser convocados por estudantes petistas, núcleos, mas desde que cumpram o dispositivo do item 1.

3. São delegados ao Encontro os eleitos em plenária na proporção de 1 para cada 5 presentes com o quorum de 10 filiados presentes. A chapa que obtiver maioria simples dos votos para os 10 primeiros presentes elegerá os dois delegados. Acima de 13 presentes passa a funcionar a proporcionalidade para a disputa de chapas. Isto é, para se tirar delegados é necessário 30% dos votos. No Encontro Estadual 5 delegados municipais elegem 1 nacional. Em caso de mais de uma chapa será necessário 30 dos votos para assegurar representação ao Encontro.

4. Os estados que por razões especiais não puderem organizar Encontros Municipais,

Zonais ou Distritais, elegerão os delegados ao Encontro Nacional diretamente no Encontro Estadual na seguinte proporção: 1 delegado para cada 25 presentes, com um quorum de 50 filiados para realizar o Encontro. 5. Serão delegados natos ao Encontro Estadual os membros do Diretório Regional e todos os diretores de entidades estudantis filiados ao PT que obtenham o referendunum de 50% mais um dos presentes. 6. São delegados natos ao Encontro Nacional os membros do Diretório Nacional. 7. Em caso de Diretórios que já realizaram plenárias pelo critério anterior fica facultado o direito de refazerem. Caso contrário o D.N reconhece os delegados já eleitos. 8. Será cobrada uma taxa de 15 mil cruzeiros no credenciamento.

## Adiamento positivo

O adiamento do Encontro é, nas condições de preparação atuais, um fato positivo. Afinal, os argumentos apresentados pela circular para justificar o adiamento realmente condizem com as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Resta saber se os novos critérios vêm no sentido de facilitar sua preparação, e principalmente, se podem significar um acréscimo à representatividade e fortalecimento do PT no movimento estudantil.

Pode-se notar algumas alterações positivas. Entretanto, um problema grave ainda permanece, e um outro, ainda mais sério, é acrescido. O primeiro diz respeito ao enquadramento dos estudantes na divisão eleitoral dos diretórios, impedindo que a representação se faça a partir dos locais naturais de militância, através dos núcleos e plenárias de escolas ou faculdades. Afinal os encontros deveriam vir no sentido de fortalecer os núcleos já existentes e estimular a criação de novos, pois é através deles que os estudantes petistas se organizam para discutir e intervir em seu movimento.

## Delegados natos

O segundo problema, que vem como novidade pois não existia no critério anterior, é a presença dos delegados natos. Realmente é incompreensível que esta forma de representação seja proposta para o encontro. Isto porque já por duas vezes os estudantes petistas puderam se posicionar nacionalmente contra este tipo de delegação: em julho de 84, durante o CONEB de Vitória da Conquista, quando foi realizada uma plenária nacional que contou com uma presença numerosa de petistas (afinal as propostas do PT foram vitoriosas naquele CONEB); em

setembro de 84, durante o pré-Encontro Nacional de estudantes do partido. Aí, a existência de delegados natos se torna ainda mais injustificável, pois este pré-Encontro foi convocado pela Executiva Nacional, e contou com a sua presença, justamente para auxiliá-la a fixar normas para este encontro.

Na medida em que este tipo de representação é agora recolocada torna-se importante recuperar os motivos pelos quais os estudantes se posicionaram contrários aos delegados natos.

O primeiro ponto levantado diz respeito a relação entidade partido, ou seja, como o cargo de diretor de uma entidade é conferido pelos estudantes e não pelo partido, isto lhe dá direito de voto enquanto tal apenas nos foruns do movimento e não nas instâncias do partido. O segundo ponto trata da relação interna ao partido, isto é, no PT não pode existir diferença, privilégio, pelo simples fato de um militante ser diretor de entidade ou membro da direção do partido. O terceiro busca demonstrar que o fato dos delegados natos terem de se submeter as plenárias do partido, em nada altera os argumentos acima, pois um veto só se justificaria caso um militante tivesse cometido um erro gravíssimo à direção de sua entidade. E como o PT não tem se marcado por este tipo de prática, ao contrário, todos os candidatos natos se tornariam delegados.

Por fim, alguns argumentos justificam este tipo de representação usando como referência os encontros sindicais do PT, onde se admite a presença de delegados natos. Porém, para o movimento sindical este critério se revela correto, pois a existência da CLT é um fator extremamente restritivo a que a vanguarda classista assuma a direção dos sindicatos e, por isto, estes companheiros precisam ser reforçados no interior do partido. Já no caso do movimento estudantil é bastante diferente.

## Modificações necessárias

É importante ressaltar que lamentavelmente o Diretório Nacional, a quem se dirigia a circular da Secretaria de Movimento Populares para que este a considerasse, não obteve quorum. Desta forma as questões levantadas acima sequer puderam ser discutidas. Assim, considerando o quanto é positiva a iniciativa da Direção Nacional do PT em convocar este Encontro, e o quanto ele se revela a cada dia mais importante para a construção do PT nas universidades, é salutar e fundamental que a discussão acerca dos critérios se desenvolva junto aos estudantes e que se façam as modificações necessárias.

ROSSANA  
BOSSI



## O caso dos bancos Sulbrasileiros e Habitasul

## Uma vitória parcial dos trabalhadores



Nas mobilizações, a crítica aos banqueiros e ministros.

No dia 9 de maio, a Câmara Federal aprovou, por acordo das lideranças do PMDB, PDS, PDT, PT e PFL, o substitutivo apresentado pelos partidos ao projeto inicialmente encaminhado pelo Governo a respeito dos Bancos Sulbrasileiro e Habitasul. O projeto aprovado autoriza o governo a abrir um crédito especial de 900 bilhões de cruzeiros para a criação do Banco Meridional do Brasil S/A, que encampará os dois bancos sob intervenção. Garante por um ano o emprego dos funcionários dos dois bancos, que serão todos absorvidos pelo novo banco.

Um artigo (o 16) prevê que "superadas as dificuldades da economia regional e consolidado o Banco Meridional S/A, de modo que possa operar eficazmente em regime de competição e de liberdade de iniciativa, o Poder Executivo poderá promover a venda, mediante oferta pública, de ações que assegurem o controle da companhia". Isto é, o Estado se encarregará de sanear a situação do banco, e depois poderá devolvê-lo à "iniciativa privada".

Desta forma foi derrotado o projeto enviado pelo Executivo (que estabelecia o prazo de um ano para a reprivatização obrigatória do banco), e ainda o projeto do deputado Alberto Goldman, que liberava menores recursos e liquidava os dois bancos (no lugar de promover a sua encampação).

Logo que o projeto foi aprovado, pouco antes das 13 horas do dia 9 de maio, os funcionários do Sulbrasileiro e do Habitasul que acompanhavam a deliberação da Câmara pelo rádio, concentrados na agência central do Sulbrasileiro, iniciaram uma comemoração que se transformou num carnaval e numa passeata de dez mil pessoas pelo centro de Porto Alegre. A população em geral apoiou esta demonstração de alegria, engrossando a passeata, aplaudindo os manifestantes. As palavras de ordem gritadas na manifestação foram "eia, eia, eia, não está morto quem pelega" - tradicional no Rio Grande do Sul, e "bancários unidos, jamais serão vencidos". A manifestação foi liderada por Olívio Dutra, secretário geral do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e presidente estadual do PT.

Aliás, este carnaval coroa várias passeatas realizadas nos dias anteriores, com milhares de pessoas, na mobilização para pressionar o Congresso. A alegria se explica pelo fato de que a lei aprovada era uma conquista de um amplo movimento, comandado pelo Sindicato dos Bancários.

## Uma ampla coalizão de classes?

Na verdade, para a aprovação do substitutivo inter-partidário aliam-se figuras disparas como o petista Olívio Dutra e o movimento operário e popular gaúcho em geral, o deputado do PDS Nelson Marchezan, o ministro peemedebista Pedro Simon, empresários gaúchos. Contra o projeto aprovado estavam também figuras muito variadas, como o deputado paulista Alberto Goldman, notoriamente ligado ao PCB, o líder do PMDB Pimenta da Veiga, o governo e empresários (que insistiam na garantia da reprivatização), um intelectual progressista como Flávio Rangel (que com-

bateu o substitutivo na sua coluna na revista *Senhor* de 24/04/85).

À primeira vista, a polarização seria gaúchos x outros, e na questão esta polarização regional teria prevalecido por sobre as distinções de classe.

É claro que havia interesses regionais em jogo, mas a questão de fundo, contudo, não é esta. Os trabalhadores e o movimento popular, liderados pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, encaminharam desde o início três palavras de ordem: garantia de emprego, estatização e punição dos corruptos. E apostaram na sua organização e na mobilização. Os empresários gaúchos defendem a reprivatização após o saneamento do banco, com sua entrega para a "iniciativa privada" genuinamente gaúcha.

Na verdade, a solução encontrada, com garantia de emprego de um ano e deixando aberta a possibilidade de reprivatização (através do artigo 16), é um compromisso temporário. Os bancários e os trabalhadores em geral lutarão contra a reprivatização (aliás, belo exemplo da forma de raciocinar da "iniciativa privada": espera que o Estado resolva os problemas que ela criou e lhe devolva o banco, bem ajeitadinho e bonito) e pela manutenção da estabilidade no emprego. A burguesia e seus representantes políticos lutarão no sentido contrário.

## Os interesses dos trabalhadores

Assim, além da questão do Sulbrasileiro e do Habitasul, é a questão da estatização do sistema financeiro que se coloca. A orientação do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, corretamente, reforçou esta perspectiva.

Além desta, uma segunda questão de fundo colocada é a dos direitos dos trabalhadores, tanto no sentido da estabilidade no emprego, como no sentido do controle sobre a gestão. Os bancários conseguiram, com o projeto aprovado, o direito de elegerem um entre os diretores do novo banco e em cada uma das subsidiárias. Não é esta, entretanto, a forma pela qual os trabalhadores poderão manter o seu controle e desenvolver sua participação, embora possa ajudar

Para os bancários, o fundamental é manter a mobilização conseguida, ter em funcionamento comissões de banco, de modo que o controle e a participação possam ser feitos pelo conjunto dos trabalhadores da categoria, e não apenas por representantes isolados. Com uma participação decisiva dos trabalhadores, o novo banco poderá ser um instrumento de progresso social, por exemplo na concessão de empréstimos a juros baixos segundo interesses sociais.

Fica claro, portanto, que o que estava em jogo não eram apenas interesses regionais e de emprego de alguns milhares de trabalhadores. Por esta razão é radicalmente falso o raciocínio bem intencionado de Flávio Rangel, contrário aos "900 bilhões" para o Sulbrasileiro porque assim um desempregado do sul estaria ganhando 36 vezes mais do que um flagelado nordestino. Aliás, a contraposição é absurda: é evidente que devemos lutar para resolver o problema de uns e outros. As duas questões interessam ao conjunto dos trabalhadores brasileiros.

## Dívida Externa

## Encontro de centrais sindicais convoca Conferência Latinoamericana



A convite do Plenário Intersindical de Trabalhadores / Convenção Nacional de Trabalhadores do Uruguai reuniram-se em Montevideo, nos dias 2 e 3 de maio, representantes das centrais sindicais do Uruguai, Brasil, Argentina, Cuba e Paraguai (no exílio), regionais da CLAT e CPUSTAL e internacionais da Confederação Mundial dos Trabalhadores e da Federação Sindical Mundial.

Foi decidida a convocação de uma Conferência Latinoamericana sobre a Dívida Externa para novembro deste ano. Para encaminhar a preparação da Conferência foi constituído um Comitê de Iniciativa com todas as centrais sindicais latinoamericanas e um Comitê de Trabalho composto pela CUT (Brasil), pelo PIT/CNT (Uruguai), Conclat

(Brasil) e CGT (Argentina), responsável por encaminhar a preparação da conferência. Em fins de maio deverá ocorrer uma nova reunião no Brasil com a finalidade de escolher o local onde a conferência deverá ser realizada. A proposta da Conferência deve também ser encaminhada na próxima reunião da OIT.

Além da convocação, a reunião divulgou uma declaração de repúdio à decisão de bloqueio econômico da Nicarágua, tomada pelo governo Reagan e expressou sua solidariedade à luta dos trabalhadores chilenos e paraguaios. Foram enviados telegramas de solidariedade à CUT e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (no Estado do Pará), incendiado criminosamente em abril passado.

## Convocatória da Conferência

*"Como consequência de uma política econômica global do sistema financeiro internacional, foi criada uma situação de fome, desemprego e miséria, em que vivem os povos da América Latina e Caribe, agravada por uma vultosa dívida externa que condiciona, limita e impede o desenvolvimento econômico, social e cultural, no nível de vida das grandes massas assalariadas e na consolidação de um sistema democrático que seja base fundamental e principal da justiça social, dos direitos humanos, da liberdade política, dos direitos sindicais e da paz no Continente.*

*Essa dívida é política, e como tal, exige uma solução política. Nenhum dos países da região, está em condições de pagá-la, nem ainda seus interesses.*

*O sistema financeiro internacional, trata os nossos países como um bloco, quando impõem suas medidas recessivas e desestabilizadoras. E, pelo contrário, quando se trata de renegociação, impõem que seja em âmbito bilateral.*

*Para os trabalhadores, para os nossos povos, é hoje tema central e comum a dívida externa. Uma atitude firme, clara e unida, com relação a essa dívida, é condição decisiva para podermos ver um futuro com esperança. Esse futuro deve ter as normas de uma nova ordem econômica internacional: equitativa, justa e humana.*

*Em nossos países, a classe trabalhadora luta e enfrenta as consequências dessa dívida. Contra essa situação foram feitos pronunciamentos das organizações sindicais de diversas tendências. Trata-se*

*então, de aproveitar e desenvolver o papel que cabe à classe trabalhadora e sua capacidade para motivar a outros setores sociais, impulsionando a unificação dos esforços para o enfrentamento e solução das causas da miséria que hoje vivemos.*

*Centradas nessas preocupações, as entidades aqui presentes, convocam a todas as Centrais Sindicais e forças que atuam e intervêm no movimento sindical da América Latina e Caribe, para a realização de uma Conferência com um único tema: a dívida externa.*

*As Centrais do Cone Sul reunidas em Montevideo - Uruguai sob o calor do multiunitário ato do "1.º DE MAIO", convocado pelo PIT/CNT, constituem um Comitê de Trabalho formado pelas Centrais Sindicais do Brasil, Argentina e Uruguai, com o intento de convidar outras Centrais Sindicais Nacionais a formarem um Comitê de iniciativa e dar sua contribuição e opiniões em tudo o que correspondam a preparação e organização dessa Conferência. Propõem-se que essa Conferência seja realizada na primeira semana de novembro de 1985 (dias 4, 5 e 6) sendo o local a ser designado pelo Comitê de Trabalho."*

**Assinam:**

**Central Única dos Trabalhadores - CUT (Brasil)**

**Américo Tristão Bernardes (secretário do Encontro)**

**Plenário Intersindical de Trabalhadores/Convenção Nacional de Trabalhadores - PIT/CNT (Uruguai)**

**Rubens Marques (presidente do Encontro)**



Porto Alegre

# Direção Executiva lança manifesto

Em Porto Alegre a discussão da participação do PT na eleição para prefeito começou com alguns acordos e uma polêmica. Os acordos estão expressos em um manifesto aprovado pela Executiva estadual, chamando o conjunto das forças que afirmam lutar pelos interesses dos trabalhadores a se unificarem (publicamos abaixo trechos do início deste manifesto). A polêmica coloca-se a partir de um posicionamento do presidente estadual do PT, Olívio Dutra, de que esta unidade poderia se dar numa coligação em torno do candidato do PDT, Alceu Collares (que em 1982, concorrendo a governador, foi o mais votado em Porto Alegre). A maioria da Executiva estadual rejeita esta possibilidade.

## Manifesto Público

*"O PT dirigi-se ao movimento sindical, ao movimento popular e comunitário, ao movimento estudantil, aos movimentos eclesiais de base e aos partidos e correntes que afirmam lutar pelos interesses dos trabalhadores com o objetivo de discutir e buscar uma ação conjunta nas eleições de Porto Alegre e nos municípios que eram considerados "área de segurança nacional" (...).*

*Apesar da derrota na campanha das diretas, o movimento sindical e popular vem crescendo e se consolidando como movimento independente. Esta unidade e força dos trabalhadores na luta sindical e reivindicativa necessita expressar-se num nível também político. Para se contraporem às "frentes" burguesas como a "Aliança Democrática", os trabalha-*

*dores precisam compor a sua Frente, que una o movimento operário e popular contra a exploração capitalista. Os avanços democráticos até agora conquistados exigem este salto de qualidade na ação política das massas. Os explorados e oprimidos não podem mais subordinarem-se às elites liberais, darem seus votos a partidos que não são os seus representantes, nem aos políticos burgueses ou populistas que sempre os manipularam com promessas jamais cumpridas. (...)*

*Nós, do Partido dos Trabalhadores, lutamos na defesa dos interesses dos trabalhadores e por uma sociedade socialista. Reconhecemos, no entanto, que não somos o único partido ou força política que luta na defesa dos interesses populares. Neste sentido, propomos o debate*

*conjunto, em fórum público e aberto, para elaborarmos um Programa de Governo e chegarmos à definição de uma candidatura efetivamente representativa dos trabalhadores, que desde já se comprometa com a luta pelo rompimento com o Fundo Monetário Internacional, pela convocação de uma Assembléia Constituinte livre, soberana e democrática.*

*Consideramos que esta é a forma de fazermos avançar a Unidade de Classe dos trabalhadores e das demais camadas populares, não apenas na luta por uma prefeitura, mas tendo a certeza de que, destas experiências, resulta uma frente dos explorados para novas lutas, novos embates e se encaminha para a construção de um polo alternativo para a política brasileira. (...)"*

## Belo Horizonte

### Mares Guia ameaça dividir o PT

A eleição para prefeito de Belo Horizonte está colocando o PT diante de uma das situações mais difíceis, entre todos os estados. Em Minas, o partido tem estado dividido fundamentalmente entre duas articulações: "PT de massas", da qual participam os deputados João Batista Mares Guia e Luís Dulce, e "O PT na luta pelo socialismo", na qual participam D. Helena Greco, vereadora em Belo Horizonte, a ex-candidata a Governadora de Minas, Sandra Starling. A primeira articulação é majoritária a nível do estado, a segunda a nível de Belo Horizonte.

Já há alguns meses que o deputado Mares Guia tomou a iniciativa de lançar a sua candidatura a prefeito, sem passar por nenhuma discussão no partido, expressando fundamentalmente uma aspiração pessoal sua. A forma como foi feito este lançamento, agressiva e impetuosa, colocou o conjunto do partido diante de um fato consumado.

Integrantes da articulação "O PT na luta pelo socialismo", preocupados com a necessidade de unir o partido, tentaram um acordo com João Batista, inclusive aceitando seu nome para a prefeitura. A base para isto seriam as posições gerais do PT (inclusive a defesa dos interesses dos trabalhadores, a oposição à Aliança Democrática e aos governos estadual e federal) e um programa específico para a prefeitura. Além disto, seria necessária uma política de unificação e democratização do PT no estado, pondo fim à política de exclusão que a articulação "PT de massas" realiza com relação aos outros setores do PT. Um tal acordo seria fundamental para o PT, unificando-o e melhorando a difícil situação em que se encontra no estado.

No entanto, João Batista tem demonstrado não ter nenhum interesse nesse acordo. Não aceita explicitar nenhuma crítica à Aliança Democrática e ao governo, sob o pretexto de que na prefeitura não estarão em jogo as questões nacionais. Não aceita tampouco uma proposta de democratização da prefeitura, dando poder a conselhos populares. Não se interessa em unificar o PT no estado, buscando pelo contrário um improvável acordo com setores do PMDB.

## Uma alternativa socialista

Diante disso, a articulação majoritária em Belo Horizonte, "O PT na luta pelo socialismo", definiu-se pelo lançamento de um candidato próprio, Virgílio Guimarães de Paula, presidente do sindicato dos Economistas. Seu nome está sendo apoiado por diversos dirigentes sindicais ligados à CUT (como os dos sindicatos dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, marceneiros, petroleiros), dezessete associações de bairro, diversos dirigentes do movimento estudantil. O lema da candidatura será "uma alternativa socialista para a prefeitura", dentro da defesa das posições gerais do PT.

Setores da própria articulação de João Batista estão insatisfeitos com sua conduta. O deputado Luís Dulce, presidente do PT mineiro, por outro lado, embora não se identifique com a política desenvolvida por João Batista, não tem tomado nenhuma posição ativa.

## São Paulo

### O PT lança candidato próprio

Começa a definir-se o quadro das candidaturas e programas para a eleição de prefeito em São Paulo. No campo da direita é que este quadro se encontra ainda com indefinições e com um processo de articulação de coligação em curso. No campo da esquerda, o PT já apresenta como a única alternativa e em ritmo de definição de programa e candidatura.

O PMDB, partido majoritário em São Paulo, encontra-se em busca de um nome capaz de unificá-lo e eventualmente compor uma coligação com o PFL. O PTB lança Jânio Quadros e aposta numa coligação com o PDS. Esta coligação que desponta com alguma força inicial — Jânio obteve 16% em recente pesquisa realizada pela Folha de S. Paulo —, procurará capitalizar, pela extrema direita, o sentimento de insegurança e incerteza típicos da classe média. Jânio já acena com o que deve ser sua principal

bandeira: a repressão "aos marginais e à criminalidade".

O PMDB, por sua vez, continuará tendo como eixo programático as reformas modernizadoras e as propostas de integrar e cooptar o movimento popular para a gestão municipal.

É neste quadro que o PT pode surgir como autêntica alternativa de esquerda frente ao reformismo burguês e ao populismo de direita.

## Como o PT se apresentará nesta eleição?

A preparação do PT começou com a realização de um seminário dos militantes da capital onde se discutiu e elaborou uma série de subsídios para um programa municipal. Estes subsídios serão submetidos às plenárias distritais e ao Encontro da capital.

O ponto de partida consensual é a apresentação de candidatura própria, mesmo porque os setores do PT que poderiam propor uma eventual coligação com o PDT (ademarista em São Paulo) ou o PMDB não encontrariam nestes partidos a menor viabilidade para uma proposta séria de coligação.

Já a linha que orientou os resultados do seminário da capital teve a preocupação de fazer propostas "viáveis", o que pode ser uma administração petista dentro dos limites do poder municipal burguês. As reivindicações populares são destacadas, mas fica em segundo plano o papel de uma prefeitura na construção de uma alternativa independente de poder dos trabalhadores e com o seu programa de transformações a nível mais geral. E isto é fundamental para os trabalhadores.

De outro lado, além deste problema, o debate ao nível do PT corre o risco de privilegiar muito mais a definição de candidaturas do que a da definição política que deve orientar a participação no pleito municipal. Concorre fundamentalmente para isso, a realização das prévias simultaneamente às convenções distritais.

## Votação para vereadores do PT nas capitais em 1982

Capital	População	Votantes	Votos PT	%
Porto Velho	134.621	48.834	402	0,8
Rio Branco	117.113	44.919	1.835	4,0
Manaus	634.659	231.917	2.636	1,1
Belém	934.322	374.274	4.957	1,3
São Luiz	449.877	149.954	?	?
Teresina	378.026	125.610	966	0,7
Fortaleza	1.308.919	480.420	4.738	0,9
Natal	416.906	155.003	1.490	0,9
João Pessoa	330.176	114.428	1.064	0,9
Recife	1.204.738	430.292	1.635	0,3
Maceió	400.041	124.887	—	—
Aracaju	293.285	109.368	965	0,8
Salvador	1.506.602	671.883	10.155	1,8
Vitória	207.560	103.670	1.855	1,7
Rio de Janeiro	5.093.232	2.599.813	88.088	3,3
Belo Horizonte	1.781.924	796.794	45.217	5,6
São Paulo	8.483.598	3.980.664	510.651	12,8
Curitiba	1.025.979	482.398	4.653	0,9
Florianópolis	187.800	102.419	955	0,9
Porto Alegre	1.125.901	571.403	18.864	3,3
Goiania	717.948	233.367	2.465	1,0
Cuiabá	213.151	75.490	193	0,2
Campo Grande	291.807	114.219	1.532	1,3



## Diretório Nacional

## Uma reunião sem decisões



*A reunião do Diretório Nacional de 11 de maio mostra a necessidade de um grande esforço para superar as dificuldades atuais do PT: em um momento em que são exigidas decisões fundamentais do partido, sem preparação suficiente e sem quórum não foi possível deliberar.*

**N**ão foi apenas a falta de quorum que impediu que a reunião do Diretório Nacional do PT realizada no último fim de semana em São Paulo fosse deliberativa. A precária preparação anterior da própria reunião acabou transformando-a apenas numa discussão indicativa para os encaminhamentos da Executiva Nacional. Previsto para dois dias, o encontro acabou se limitando ao sábado e sem grandes resultados.

O primeiro ponto da pauta era a questão organizativa e financeira. A Executiva reiterou as dificuldades que vem vivendo o PT pela falta de recursos, insistindo junto às regionais para o cumprimento das suas quotas dentro do orçamento nacional. Na organização, o ponto em foco eram as datas para a renovação dos diretórios, dos municipais ao nacional. Depois de um debate sobre o quadro geral do partido em todo o país, deliberou-se que o processo de convenções deve evitar os períodos das campanhas eleitorais deste ano e do ano que vem, para isso se concentrando, a critério das direções regionais, entre maio e agosto deste ano ou então entre janeiro e agosto do próximo ano.

O quadro geral da organização ainda continua complicado com vários estados onde a existência do partido permanece quase que apenas formal, e correndo sérios riscos de, mesmo neste limitado contexto, sofrer perdas agora com a proximidade das eleições. Sinal desta situação foi a decisão recente do ex-deputado e secretário de Organização da Executiva Nacional, Freitas Diniz, de desligar-se do partido depois de um longo e pouco animador período à frente do cargo. Para substituí-lo foram destacados agora os deputados Luis Dulce e Irma Passoni que serão os novos responsáveis pela organização a nível nacional.

#### Conjuntura Nacional

Muito criticada, a Executiva reconheceu a infelicidade de algumas formulações na nota tornada pública pelo PT semanas atrás a propósito da permanência de Sarney após a morte de Tancredo. Todos foram unânimes em reafirmar o partido como oposição ao governo da Aliança Democrática, variando no entanto o eixo tático do momento: para alguns, deveria se dar em torno das questões sócio-econômicas enquanto para outros em torno das eleições para as capitais ou da constituinte.

Este ponto no entanto, apesar de sua importância central, foi prejudicado a nível de se alcançar uma resolução, devido a falta de preparação da reunião.

De qualquer forma, um aspecto, ainda que isolado, chegou a ir a votação neste ponto. A proposta de Lula, insis-

tindo na importância de uma ida já do PT a Sarney, levando as propostas do partido para o momento, visando marcar pública e concretamente "porque somos oposição", não conseguiu o apoio da maioria dos presentes. A maioria alegava que o momento não é oportuno (logo depois da ida do PC do B ao presidente), que não conseguiríamos evitar a caracterização de aval ao novo presidente que a imprensa buscava explorar, que era preferível que o partido fosse inicialmente às lideranças partidárias etc. E assim, apesar da insistência, pouco usual, de Lula, a proposta acabou sendo derrotada no Diretório Nacional.

No entanto, esclarecia em seguida Lula, ele avisava que já tinha marcado uma visita a Sarney, iniciativa do movimento sindical por meio da CUT, e que não poderia se furtar a este compromisso já assumido com os sindicalistas. A situação, a bem da verdade, é ambígua, pois muito mais que membro da CUT, Lula é o presidente do partido que havia acabado de deliberar pela inoportunidade daquela visita. Houve protestos de alguns membros do Diretório mas, o avançado da hora, impediu que se debatesse e resolvesse a contradição.

#### Eleições para as capitais

Já noite adentro do sábado, por fim a discussão sobre as eleições para as capitais. Os informes, estado / por estado se sucediam, dando conta de um quadro bastante variado na tática, sem nenhuma orientação comum aos vários encaminhamentos já em andamento.

O PT de Pernambuco já está distribuindo junto com o PDT uma convocatória às forças populares do Recife chamando a constituição de uma alternativa que "coloque a Prefeitura a serviço do povo". Em São Paulo o partido tende a negar qualquer hipótese de coligação preferindo lançar o nome do deputado Eduardo Suplicy. E assim por diante, o quadro geral bastante diversificado e carente de uma orientação nacional.

Mas o adiantado da hora, a falta de quorum e sobretudo a precária preparação da reunião, impediram que a discussão avançasse além do caótico informe prestado por cada estado. E assim, já quase meia noite do sábado terminava mais uma reunião do Diretório Nacional do PT sem que seus dirigentes pudessem afirmar ter sido dado mais um passo firme para a construção do partido e a solução dos problemas que são cada dia maiores. Pelo contrário, à saída da reunião o comentário predominante era de que ou o PT supera de vez este método artesanal de direção ou então o futuro do partido estará seriamente comprometido pelos desafios crescentes da nova conjuntura.

## São Paulo

## Derrubada a cassação do vereador do PT

*Refletindo a pressão da mobilização popular e o trabalho dos Advogados do PT, o juiz da 2ª Vara de Carapicuíba, São Paulo, determinou no dia 23 de abril a recondução do vereador Antonio Carlos Cordeiro à Câmara que lhe havia cassado o mandato. A seguir, uma entrevista com o vereador petista.*



*Lula e Cordeiro na grande manifestação popular contra a cassação na praça central de Carapicuíba.*

**— Foram quatro meses de cassação. Durante todo este tempo, quais foram as formas de luta que o PT implementou para a recuperação do seu mandato?**

**Cordeiro** — Nós tínhamos dois caminhos a seguir para corrigir a arbitrariedade imposta pela maioria da Câmara Municipal, sob a orientação do prefeito Luiz Carlos Neves. Porque a cassação foi um golpe contra o Partido dos Trabalhadores. Vinhamos desenvolvendo uma defesa constante contra os desmandos da administração em Carapicuíba. E quando mexemos no calo do prefeito, que é dono de uma das empresas de ônibus de Carapicuíba, ele armou toda a trama da cassação. A resposta a isto, em primeiro lugar foi dada pela população da cidade. Foram inúmeras manifestações de solidariedade de praticamente todas as entidades populares de Carapicuíba e também por parte do conjunto do partido. Até mesmo as Assembleias Legislativas de São Paulo e Minas Gerais, onde a maioria é do próprio PMDB, se manifestaram contra a cassação.

O outro caminho era o de recorrer ao Judiciário. Foram tantas as irregularidades cometidas na farsa da cassação, que os advogados do PT, os companheiros Sérgio Renaux e Luiz Eduardo Greenhalg, entraram com um mandado de segurança contra a cassação. Com estes vícios legais no processo e a mobilização popular pressionando para que se fizesse justiça, no dia 23 do mês passado o juiz da 2ª Vara de Carapicuíba, nos deu ganho de causa, determinando a imediata posse na Câmara.

**— Mas em que se baseou a defesa do PT neste processo?**

**Cordeiro** — Na verdade, a Câmara Municipal, de acordo com o Decreto-Lei 201, no qual se baseou a cassação, tinha poderes para fazer isto. Junto com toda a legislação que a ditadura militar nos deixou, este decreto permite que a Câmara casse qualquer dos seus membros desde que tenha 2/3 dos votos. Quer dizer, se uma bancada, como a do PT em Carapicuíba, é minoritária, a maioria pode cassá-la alegando um sem número de argumentos. Neste caso, o que aconteceu é que na pressa em se ver livre de quem ameaçava as manobras do prefeito, foram cometidas muitas irregularidades. E foram nelas que se fundamentou a nossa defesa. Por exemplo, o denunciante da falsa agressão não comprovou que era eleitor da cidade; o vereador que disse ter sido agredido por mim, votou pela minha cassação, quando era parte interessada no processo. E eram muitas mais as irregularidades existentes. Ao todo propusemos treze quesitos, dos quais o juiz acatou dez.

**— Durante o período da cassação, o prefeito entrou com um outro processo contra você...**

**Cordeiro** — Contra mim, e contra o presidente e o vice-presidente do PT em Carapicuíba, os companheiros Noel e Dernal. Acho que assustado com a manifestação popular que o PT realizou no dia 4 de fevereiro em Carapicuíba, e vendo que a Justiça nos daria ganho de causa, ele nos processou por calúnia e difamação e por colagem de cartazes na cidade. O processo está em andamento, mas seguramente nele também teremos uma nova vitória.

**E qual foi a reação da Câmara diante da recuperação de seu mandato?**

**Cordeiro** — A Câmara Municipal desde antes da cassação tinha medo da atuação da bancada do PT. Antes da cassação, chegaram até a nos propor que se deixássemos de "badernar", de "agitar", quer dizer, de defender os interesses da população, eles não cassariam o mandato que o povo concedeu ao PT. Por isso, a sua postura foi a de acatar a posição do Judiciário. Na sessão seguinte ao julgamento do processo, fui convocado a assumir o mandato. A população de Carapicuíba superlotou a Câmara, diversos vereadores do PT de outras cidades também compareceram. Logo ao iniciar a sessão foi lido um manifesto afirmando que poderíamos recorrer do processo, mas que num "voto de confiança" eles não o fariam e esperavam que nós mudássemos a nossa forma de atuação. E calaram a boca. Durante todo o resto da sessão todos os vereadores permaneceram calados, sem fazer qualquer intervenção.

Apresentamos também, naquela mesma sessão, dois requerimentos. Um pedindo informações sobre os gastos que a Câmara fez com o processo de cassação. A informação que temos é de que só com advogados foram gastos Cr\$ 20 milhões. O outro, foi no sentido de que, uma vez corrigida a arbitrariedade que foi a cassação, que a Câmara informasse a todas as Câmaras Municipais do estado e à Assembleia Legislativa e também a toda a imprensa, da nossa reintegração. Demonstrando o caráter de perseguição que desenvolveu até hoje, tais requerimentos foram rejeitados.

**— Agora ficou mais fácil exercer o mandato?**

**Cordeiro** — Nem mais fácil, nem mais difícil. Os abusos existentes em Carapicuíba são enormes. O problema dos transportes continua, com um aumento de tarifa para Cr\$ 900, e péssimas condições dos ônibus. E não é só isso. Para se ter uma idéia, um secretário municipal tem um salário em torno de Cr\$ 4 milhões, e a grande maioria dos funcionários municipais ganham cerca de Cr\$ 360 mil. A bancada do PT vai continuar a fazer tudo o que estiver dentro de suas forças para mudar situações como estas.



I Congresso Estadual da CUT - São Paulo

# Avança a construção da unidade

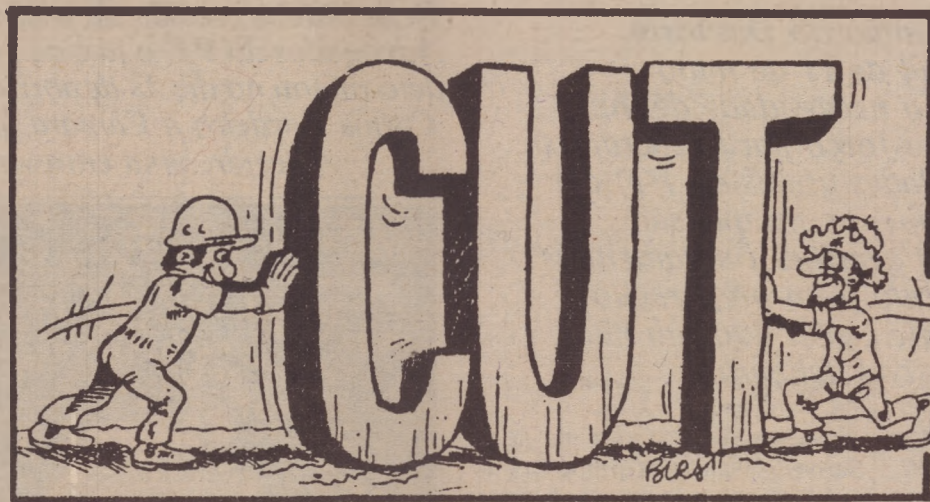
O I Congresso Estadual da CUT-São Paulo representou mais um passo significativo na construção da Central. Ainda sob os efeitos e a continuidade da prolongada campanha salarial dos metalúrgicos, o Congresso mostrou que há no interior da CUT-SP uma importante identidade política: a denúncia do caráter ilegítimo e patronal do governo da Aliança Democrática, a vinculação da luta pela Constituinte com as mobilizações e a retomada da greve geral como uma perspectiva concreta para os trabalhadores.

As discussões e a resolução final sobre as tarefas políticas do movimento sindical combativo - o ponto alto deste Congresso Estadual - mostraram um importante processo de unificação da CUT sobre o seu papel frente ao atual Governo. A resolução aponta numa linha clara de independência de classe, não guardando qualquer ilusão sobre o caráter do novo Governo e nem resvalando para soluções ambíguas, como as que, mesmo sem apoiá-lo, parecem aceitá-lo como um mal menor.

Sobre esta questão ocorreram dois debates, a partir do conteúdo básico da proposta da direção estadual. O primeiro, dando maior destaque à luta pelas diretas-já, combinada com a mobilização pela Constituinte e como consequência da denúncia da ilegitimidade do governo da Aliança Democrática.

O segundo, propondo uma formulação mais afirmativa da greve geral, apontando passos para sua preparação de modo mais efetivo.

Estes debates se deram dentro do quadro da resolução proposta pela di-



reção estadual e não em contraposição a ela. Mesmo não sendo aprovados - o que faz perder em ofensividade as resoluções definidas - o resultado geral aponta num sentido bastante positivo.

## A nova estrutura sindical

Apesar de não haver aprovado uma resolução sobre a proposta da CUT para uma nova estrutura sindical, o Congresso propiciou uma discussão proveitosa sobre o tema. Dois tipos de discussões se fizeram: um, a respeito da maior ou menor ruptura do atual modelo sindical, da maior ou menor rapidez na sua mudança; o outro, sobre a relação entre as comissões de fábrica ou empresa e a nova estrutura.

Estas são questões que, seguramente, prosseguirão como temas permanentes para o movimento sindical neste período.

A contraposição se deu entre a tese da Direção Estadual e a da Oposição Metalúrgica de São Paulo. A primeira apresentou uma linha de menor ruptura, conservando a estrutura das Federações (acoplada à CUT) e propondo uma progressiva extinção do Imposto Sindical. A segunda, da Oposição, propunha uma estrutura baseada em sindicatos estaduais por ramo econômico, eliminando portanto a existência de Fe-

derações e a imediata extinção do Imposto Sindical.

Ambas as teses partiam de princípios comuns: o da livre organização sindical sem interferência do Estado e os demais princípios já estabelecidos pelo Congresso de fundação da CUT: sindicato classista, democrático e unitário. Sobre este aspecto é importante ressaltar que a CUT de São Paulo assume a defesa do sindicato único, entendendo que isto só pode ser visto como uma conquista política dos trabalhadores e não como imposição do Estado. Esta posição permitirá uma linha ofensiva da CUT frente aos seguidores do Conclat: com a bandeira da unidade e da independência em relação ao Estado a CUT pode desafiar e chamar os demais setores sindicais e engrossar esta luta. Caso contrário, estes setores e o Conclat, em particular, estarão se colocando (com sua verdadeira face) como divisionistas e defensores do atrelamento ao Estado.

Na questão das Comissões de Fábrica ou Empresa o debate não conseguiu desfazer uma confusão; a de identificá-las como uma extensão do Sindicato em cada local de trabalho. A esta identificação se contrapôs a tese da Oposição Metalúrgica de S.P., que propunha a organização de Conselhos de delegados sindicais por empresa, preservando

a autonomia das Comissões frente ao Sindicato, embora reconhecendo uma relação de apoio mútuo quando o sindicato é combativo.

As propostas alternativas apresentadas à plenária - não votadas por falta de tempo - acabaram por colocar formulações mais consensuais, no sentido da autonomia da Comissão em relação ao Sindicato.

## A nova direção estadual

O processo de escolha da direção estadual destoou do desenrolar até então realizado pelo Congresso: unitário na sua parte política, divergente, mas não conclusivo, na parte de estrutura. Mesmo não concluindo uma avaliação da gestão passada, especialmente da sua dificuldade em unificar a recente onda grevista em São Paulo, a dinâmica do Congresso indicava, como mais natural, uma chapa unitária.

A Direção Estadual apresentou uma chapa que compunha na sua Executiva representantes dos principais sindicatos filiados à CUT, e procurando representar na sua Direção Estadual as várias correntes. Buscava, portanto, a apresentação de uma chapa unitária, o que era correto.

Um setor, encabeçado por Clara Ant, apresentou uma outra visão de composição da direção: não deveria haver uma chapa unitária, mas a organização de várias segundo suas propostas colocadas ao Congresso. Na verdade, propunha um desfecho para o Congresso que conflitaria com todo o seu desenrolar e com o fundamental das resoluções tomadas. Este setor acabou por ter que apresentar sua própria chapa, enfrentando a que se propunha unitária, na qual, aliás, estava também representado.

A chapa proposta pela Direção Estadual obteve mais de 80% dos votos, compondo, então, na sua totalidade, a nova Direção Estadual da CUT São Paulo.

## Resoluções do Congresso

### A resposta dos trabalhadores

“Para a CUT a questão da democracia, da satisfação das reivindicações dos trabalhadores e suas ligações com uma Assembleia Nacional Constituinte passam necessariamente pela ampla mobilização e organização dos trabalhadores, com garantias de expressão dos anseios do povo e a mais ampla liberdade para que este possa se expressar.

Por isso, a CUT reafirma que a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática pressupõe: a revogação de todas as leis repressivas e pela ampla liberdade de organização sindical e partidária.

Portanto, para nós, a luta pela Constituinte não deve servir para frear as lutas aqui e agora, mas servir de estímulo para sua deflagração imediata, encostando na parede os patrões, o Governo e seus aliados

no movimento sindical. Ao mesmo tempo, cada conquista obtida na luta deve impelir a batalha pela convocação imediata da Constituinte, para estender nacionalmente estas conquistas. A sua convocação é necessária frente a ilegitimidade do novo Governo, à urgência das reivindicações e à ruptura com o FMI.

Com relação a uma eventual campanha pelas Diretas-já, entendemos que a conjuntura é diferente da de 1984, quando aquela campanha reuniu uma ampla frente contra o regime militar em crise e expressou as aspirações populares por mudanças sociais. Na medida em que o Governo atual ainda não é visto pelas massas como obstáculo direto às suas reivindicações, continua necessário utilizar a tática pela convocação da Constituinte livre e soberana, nela inscrevendo as Diretas-já. Não descartamos, porém que as Diretas-já possam voltar a ter um grande potencial de mobilização de massas, principalmente se persistir o imobilismo do Governo.”

### Propostas de ação

Entre as propostas aprovadas destacam-se:

— Mobilização imediata de todas as categorias pela readmissão dos demitidos e em repúdio à repressão;

— Generalização da luta pelas 40 horas, pela trimestralidade e pela Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores;

— Luta por uma nova estrutura sindical elaborada pelos trabalhadores, não aceitando imposições do Estado. Ratificação da Convenção 87 da OIT. Revogação do Título V da CLT e extinção do Imposto Sindical;

— Lutar para que todos os mecanismos de repressão impostos pela ditadura sejam imediatamente revogados, especialmente a Lei de Greve;

— Lutar pelo rompimento com o FMI e o não pagamento

da dívida externa juntamente com os trabalhadores da América Latina”.

A CUT deve manter sua proposta de Greve Geral embora neste momento a mesma não se coloque como bandeira imediata... Contudo não a descartamos, mesmo a curto prazo, entendendo que a experiência concreta das lutas em curso, com a participação da CUT, poderá levar rapidamente a um questionamento do Governo.

## A participação no Iº Congresso Estadual da CUT

Entidade sindical	Nº entid.	Nº trab. represent.	Nº Associados	Nº de delegados			
				diret.	base	Total	Observ.
Sindicatos Trab. Indústria	27	580.630	224.075	109	303	412	1
Oposições Sind. Indústria	7	491.000	110.000	—	95	95	2
Sindicatos Trab. Serviços	10	285.200	79.630	24	74	98	5
Oposições Sind. Serviços	5	63.000	24.500	—	34	34	2
Sindicatos Trab. Rurais	5	52.112	17.126	8	18	26	1
Oposições Sind. Rurais	7	10.500	3.200	—	31	31	—
Associações Func. Públicos	11	277.850	62.850	39	103	142	—
Associações Pré-Sindicais	5	102.000	13.800	5	14	19	4
<b>TOTAIS</b>	<b>77</b>	<b>1.862.292</b>	<b>535.181</b>	<b>185</b>	<b>672</b>	<b>857</b>	<b>15</b>



Eletricitários de São Paulo

# Organizar para lutar

**O**s eletricitários de São Paulo fizeram no dia 3 de maio uma greve de advertência: paralisaram o trabalho na CESP e na Eletropaulo, mantendo apenas a distribuição da eletricidade.

A mobilização dos eletricitários iniciou-se na Eletropaulo e em agosto na CESP. Estranhamento apenas após a articulação do PISE (Pacto Intersindical dos Serviços Essenciais) é que o Presidente do Sindicato dos Eletricitários, Magri, preocupou-se com a luta da categoria. O PISE foi formado através da articulação de 7 sindicatos (Eletricitários, Motoristas, Aeronautas, Aeroviários, Metroviários, Purificação, Telefônicos, Gazistas). Esta articulação inicialmente excluiu vários sindicatos ligados aos setores essenciais (Petroleiros, Bancários). No entanto foram realizadas gestões que abriram espaço para a efetiva participação de

outros setores também essenciais.

O PISE tinha como objetivo a luta por reajustes trimestrais, a revogação do decreto-lei 1632 (que proíbe greves nos setores essenciais) etc.

O presidente do Sindicato dos Eletricitários, Magri, ligado à CONCLAT, pretendia utilizar o PISE para criar uma aparência de mobilização e em acordo com o governo da Aliança Democrática conseguir algumas pequenas concessões que simulassem a vitória de uma iniciativa sua.

A dinâmica das várias categorias não se submeteu ao PISE, levando à luta e à greve os motoristas, os aeroviários e aeronautas, os eletricitários.

Os eletricitários prepararam um processo mais longo. EM TEMPO foi ouvir Roberto Fachini, Presidente da Associação dos Empregados da CESP e membro da Comissão de Negociação do Sindicato de Eletricitários.

— Qual foi o significado da greve dos eletricitários do dia 3 de maio?

**Fachini** — Foi uma advertência ao governo, às empresas, sobre as nossas reivindicações mais gerais: o trimestral, o fim da lei anti-greve. Foi também, para a nossa categoria, uma mobilização para a abertura das negociações: até aquele momento a empresa se negava a discutir. A partir dessa greve se conquistou a abertura das negociações. A mobilização dos eletricitários demonstrou a nossa força e as condições para continuar e fortalecer a nossa luta. A partir do dia 3 de maio a nossa luta assumiu uma dinâmica própria.

— Como foi a mobilização do dia 3? O que ficou definido como continuidade da luta?

**Fachini** — Na CESP paralisaram os trabalhos 80% dos empregados. Saímos em passeata, com a participação de 3000 trabalhadores (em São Paulo a CESP tem 4400 empregados), em direção a sede do Sindicato. Lá, nos encontramos com 3000 trabalhadores da Eletropaulo. Ai tivemos os primeiros problemas no encaminhamento da nossa luta: era o momento para discutirmos

em Assembléia a continuidade da luta, os próximos passos de nosso movimento. No entanto, o Presidente do Sindicato, o Magri, num ato de pseudo-radicalização, propôs que saíssemos em nova passeata pelo Centro, impedindo a instalação da Assembléia. Magri propôs que o próximo passo fosse uma Assembléia conjunta do PISE, proposta errada pois as outras categorias estavam já realizando os acordos. Como ele viu que a categoria não ia aceitar, pois várias pessoas pediram inscrição para propor uma nova Assembléia da categoria, ele mesmo fez essa proposta para evitar a abertura da discussão. Ficou, assim, marcada a Assembléia para o dia 9 de maio.

— Como foi a preparação da Assembléia do dia 9?

**Fachini** — Em primeiro lugar o Sindicato não fez esforço nenhum pelo menos na CESP, em sua convocação. Ao mesmo tempo o Magri começou a dar estranhas declarações a imprensa falando em decretação de "black-out" (greve com paralisação do fornecimento de eletricidade), proposta não discu-



Trabalhadores da CESP em greve fazem passeata no dia 3 de maio

tida na Assembléia. Além disso, tinha uma postura confusa nas negociações.

— Como foi a Assembléia do dia 9 de maio?

**Fachini** — A Assembléia contou com a participação de 2000 trabalhadores. Nela, Magri apresentou a proposta de não mais negociar com a empresa e decretar a greve com corte de fornecimento de energia. A Comissão de Negociação apresentou uma proposta diferente: estávamos começando a negociar, e foi para abrir as negociações que fizemos a greve de advertência. Deveríamos portanto prosseguir as negociações, forçando o atendimento de nossas reivindicações. A decretação do "black-out" agora era errada por pressupor um grau de organização da categoria que infelizmente ainda não atingimos. E também por pressupor um trabalho entre o conjunto da população para conquistar o seu apoio. A nossa proposta à Assembléia significava desenvolver um trabalho de efetiva organização para, caso as nossas reivindicações não fossem atendidas, decretar a greve, num processo organizado, estudado e efetivamente sustentado

pelo conjunto dos eletricitários. Na nossa avaliação a proposta apresentada por Magri pode significar um blefe (ameaça com o "black-out" e conquista alguma coisa já anteriormente acertada com o governo da "Nova República") ou uma paralisação que abre espaço para a ação governamental, demitindo ativistas sindicais e preservando o Magri na diretoria do Sindicato (na medida em que não é política da "Nova República" intervir em Sindicatos). Estranhamente em uma reportagem policial da revista *Veja* desta semana, o Magri (apresentado como um sindicalista "independente" do PMDB) dizia que em sua categoria existiam vários ativistas "radicais", que naturalmente seriam os "responsáveis" por um possível "black-out".

Essas questões toram amplamente discutidas entre os eletricitários, que terminaram por, em grande maioria, definir-se por um processo que organizasse a luta e preparasse a categoria, ampliando nossa unificação. Ficou marcada uma nova Assembléia para o dia 15 de maio, que avaliará as negociações e definirá os novos passos.

## Professores gaúchos em greve

25 mil professores deflagram a greve que pode obter importantes conquistas.

Beth Búrigo

**N**a maior assembléia geral já realizada em sua história, os professores gaúchos decretaram na sexta-feira, 10 de maio, a greve por tempo indeterminado até o atendimento das reivindicações. Com mais de 25.000 professores presentes, vindos de todo o estado, a decisão foi praticamente unânime. Dos 40 núcleos do CPERS (Centro dos Professores do Rio Grande do Sul) apenas um defendeu a greve em junho.

Até os setores ligados ao reformismo acabaram retirando sua proposta de uma nova assembléia no meio da semana para avaliar a continuidade do movimento, face a reação da plenária.

As principais reivindicações são: reajuste sempre que houver reajuste do salário mínimo, mantendo-se o piso de 2,5 salários mínimos (atualmente o reajuste é semestral, em janeiro, calculado sobre o salário mínimo de novembro), eleições dos diretores das escolas, 13%

salário, 25% das verbas do estado para a educação, concurso em todas as áreas.

O governador Jair Soares vem mostrando o maior descaço em relação às reivindicações dos professores, na medida em que procura confundir a opinião pública com os discursos de que "o estado não tem verbas mas estou aberto ao diálogo" e "o acordo de 1980 está sendo cumprido".

Para o movimento dos professores é uma mobilização decisiva. Primeiro porque recupera o movimento de 1980, quando foi fechado um acordo articulado pelas lideranças históricas Zanetti, Zilah Totta e Tereza Noronha, acordo que não passou pelas escolas e que era muito aquém das forças do movimento. Segundo, porque é o primeiro enfrentamento com o governo do estado desde maio de 1982, quando a ameaça de intervenção no CPERS resultou num triste recuo de uma paralisa-

ção decretada por 20.000 professores.

### Comando de greve

Nesse momento, os professores enfrentam um governo eleito mas bastante desgastado politicamente. Para o magistério, o governo Jair Soares tem sido mais autoritário que os anteriores, com intervenções em escolas, remanejamentos arbitrários, suspensão de promoções.

A assembléia geral de 10 de maio reflete não só a combatividade da categoria mas o nível de organização conquistado pelos setores mais combativos no Conselho Geral. A diretoria, ao contrário de movimentos anteriores, se antecipou ao movimento, apostando na greve desde o início de março. Para essa diretoria composta basicamente pelo setor zanetista (PMDB), trata-se de obter uma vitória que consolide sua hegemonia na entidade.

A única questão que poderia ter resultado em polêmica — o Comando de Greve — acabou sendo fechado num acordo de lideranças do qual participaram os principais setores que atuam no CPERS. Embora os setores como o PCB e a própria diretoria tenham uma participação superior a sua representatividade no movimento, o comando tem uma representação razoável de petistas e cutistas que poderão puxar maiorias combativas.

O resultado geral da assembléia é um nível de organização e um sentimento de unidade extremamente favorável ao desenvolvimento da greve. Os primeiros dias tiveram a adesão de quase 100% da categoria. O fundamental agora é reforçar a base no sentido da sustentação da greve para garantir que ela não seja mais uma vez encerrada em condições que não interessam ao conjunto dos professores.



# As greves do ABC: um primeiro balanço

A greve do ABC já dura mais de 30 dias. Não tem ainda uma perspectiva clara de seu final. No fechamento desta edição o jornal empresarial *Gazeta Mercantil* anunciava que as empresas iriam "conceder uma saída honrosa" aos metalúrgicos, uma forma bastante eufemística de ceder à força do movimento grevista. No entanto o resultado da Reunião de Negociação entre a ANFAVEA e o Sindicato dos Metalúrgicos demonstrava ainda a intransigência patronal: não ofereceram nada a não ser a "suavização do programa de demissões" (que não significa a readmissão dos demitidos). Para os próximos dias haverá uma nova negociação, com a presença dos diretores da ANFAVEA que estão em Brasília.

A greve já apresenta vários aspectos importantes para o movimento operário: 1) a popularização das bandeiras da CUT, em especial a trimestralidade e a redução da jornada de trabalho para 40 horas; 2) o fortalecimento da própria CUT, como um setor reconhecido e combativo do movimento; 3) a conquista efetiva em vários acordos tanto da trimestralidade como da redução da jornada, (no fechamento desta edição já haviam sido selados mais de 150 acordos fora de São Bernardo e mais de 50 em São Bernardo, abrangendo mais de 100

000 metalúrgicos); 4) é uma primeira experiência de luta sob a "Nova República", cheia de lições que devem ser cuidadosamente analisadas pelo conjunto do movimento; 5) a tática da burguesia contra as greves e o movimento operário se clarifica, mostrando ser a combinação de iniciativas de negociação e propaganda pelos meios de comunicação por ela manipuladas visando desgustar e isolar o movimento com a utilização mais direta da repressão policial e da repressão patronal, esta última tendo por alvo os setores mais ativos e as conquistas organizativas dos trabalhadores, o que evita a necessidade de intervir nos sindicatos.

EM TEMPO foi ao ABC e entrevistou dirigentes sindicais e membros de Comissões de Fábrica. Para dar um quadro mais abrangente foram entrevistados o Presidente do Sindicato dos metalúrgicos de Santo André, Miguel Rupp; o Presidente da CUT-ABC e diretor do Sindicato de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentino; um membro da Comissão de Fábrica da Ford, o Betão e um ativista da Oposição Sindical de São Caetano e membro da Comissão de Fábrica da GM, o Alfredo.

EDUARDO ALBUQUERQUE

## São Bernardo

### "Operação vaca-brava"

Volks está parada, a Mercedes também, etc... Hoje estamos com a Brastemp, a Volkswagen, a Mercedes em plena greve, sem demonstração de nenhum cansaço. Ao mesmo tempo as pequenas estão sem produzir. Se tivéssemos feito uma greve como as anteriores, todo mundo já estaria cansado. Hoje, temos empresas que nem paralisaram direito, como é o caso da Ford. Nós imaginamos que quando a Volks, a Brastemp, a Mercedes cansarem é hora de parar a Ford. Esperamos assim que esta estratégia possibilite a nossa resistência durante o ano todo, até arrancarmos um bom acordo. Também se pensa em pegar a Polimatic, a Arteb, a Rof, que são empresas que produzem a mesma coisa e pôr duas para trabalhar e uma para ficar parada, porque aí ou ela faz acordo ou perde a concorrência.

Os patrões não previam essa jogada. Dai, com 29 dias de greve os sindicatos patronais nos chamaram para reabrir as negociações.

— Alguns acordos já começam a ser realizados, abrangendo em São Bernardo 14000 operários, conquistando redução de jornada, trimestralidade, etc. As grandes empresas argumentavam que não fariam acordo para não prejudicar as pequenas. Como você avalia o comportamento da FIESP, e das grandes montadoras daqui para frente?

Vicentino — O Paulo Francini, que é vice-presidente da FIESP, e proprietário da Coldex-Frigor, fez acordo conosco. O mesmo aconteceu com o Bardela, que é diretor-proprietário da Schuler, e também diretor da FIESP. Jorge Longano que era o coordenador das negociações fez acordo na Philips. Ai está a grande contradição: a FIESP determina aos patrões não fazer acordos, mas eles mesmos não cumprem essa determinação. Mostra que a FIESP não representa o empresário mais aberto. Agora, o grande problema são as empresas automobilísticas. O argumento de que não poderão fazer acordos para não prejudicarem as pequenas é falso, porque são elas que estão fazendo acordos. Agora são as grandes que não poderão fazer acordos piores que o das pequenas. O problema é o repasse. Nós temos muitas divergências com o governo, porque é um governo da classe dominante, não é um governo classista do ponto de vista dos trabalhadores. Mas achamos que o governo está correto ao não permitir o repasse. Querem usar o nosso movimento para que o governo libere esse repasse, que, segundo cálculos do DIEESE, representa apenas 3%; nós queremos que o nosso o nosso aumento seja tirado do lucro deles. Se o governo, liberar nós vamos criticar. Dai a dificul-

dade de se chegar a um acordo. O que significa que esta greve vai demorar muito tempo. Dai a "operação vaca brava", esta forma de luta que nos dá fôlego para resistir.

— As bandeiras pelas quais vocês lutam são bandeiras que mobilizarão várias categorias, que recentemente foram a greve. Como vocês estão vendo uma maior unificação dessas lutas e como vocês colocam hoje a questão da greve geral?

Vicentino — Os motivos para uma greve geral sempre existiram. As condições é que são delicadas. Não dá para a gente falar em greve geral ou qualquer outra forma de luta sem o povo estar participando. Nós estamos em greve até hoje porque temos uma preocupação com o movimento operário nacional. Se a gente ganhar, como já estamos ganhando, se abre uma perspectiva para a organização de uma greve geral a nível nacional para esse mesmo fim. Todo mundo sabe que São Bernardo e Diadema são a ponta de lança do movimento, alguém tinha que puxar esse negócio e nós demos o primeiro passo. Algumas categorias fizeram greves, reivindicando as 40 horas, mas não colocaram como fundamental, tanto é que voltaram ao trabalho. Greve vai ocorrer, como já está ocorrendo em todo o Brasil. A sensibilidade para as 40 horas, como há aqui em São Bernardo e Diadema e no grupo independente, não foi atingida ainda. Se nós ganharmos isto, se é uma conquista caracterizada, e se espalha pelo Brasil, aí o caminho é muito mais fácil. A configuração de uma vitória é uma luz para se considerar a greve geral. Eu não tenho pressa de marcá-la, de cobrar dos trabalhadores isso. Eu até acho que a solidariedade com nossa greve e para com nosso movimento seria fazer greve também. Mas nós entendemos a realidade do movimento no Brasil. O que nós queremos é contribuir para que a classe operária como um todo possa caminhar.

— Qual a avaliação que vocês fazem da atuação da Nova República frente ao movimento operário? Que experiências traz a atual campanha para o conjunto do Movimento Operário?

Vicentino — O que ocorre hoje a nível de atitudes da classe dominante é a mudança da inteligência de quem está no poder. E quem é inteligente no mínimo vai buscar apoio popular. Precisava em 1980 tanta polícia, com exercício, tanque de guerra aqui no meio da rua para nos reprimir? Nem o tanque de guerra, nem o helicóptero deram tiros, e a opinião pública foi contra. Agora os mesmos policiais daquele tempo, sem ninguém ver,

porque a imprensa não mostrou, também reprimem a greve, batem na gente, deitam e rolam.

Agora é a classe dominante que está começando a dirigir de perto: ao invés de mandar um preposto, que eram os generais, eles estão dirigindo. Eles têm homens capacitados para manipular a opinião pública e tomar atitudes como, por exemplo, não intervir nos sindicatos. No passado, fizemos 2 dias de greve e eles interviram, com 15 dias de greve eles já intervinham. Agora estamos com 32 dias e eles não interviram. Para o governo atual o desgaste interno é melhor do que alguém sair aí como vítima. A nossa luta se dá graças aos quadros que nós temos, as Cipas, as comissões de fábrica. A nossa comissão de mobilização (que é de 400 companheiros) junto com a diretoria é a equipe que sustenta a luta. Fomos cassados, mas retornamos ao sindicato porque havíamos grupos nas fábricas atuando. Os patrões perceberam isso, tanto que estão mandando embora as principais lideranças para tentar arrasar com o movimento, mas nós acreditamos na capacidade da peçoada.

Essas mudanças exigem dos dirigentes políticos, dos dirigentes sindicais muito mais capacidade para dirigir. Uma coisa é fazer um discurso: "abaixo a ditadura militar", etc.. Outra coisa é agora. A nível de proposta para a classe trabalhadora, ou você avança ou está perdido: é necessário colocar como perspectiva uma nova sociedade. Porque as 40 horas, o trimestral, as nossas bandeiras de luta poderão vir até uma reforma agrária da forma manipulada que eles quiserem. E qualquer creditozinho ganha a opinião pública. Agora, o essencial que é o poder, a distribuição dos lucros, o controle das máquinas, isso não virá. Você fica falando "companheiros, pelas 40 horas semanais..." ai vem as 40 horas, morreu ai? Vamos ficar como na Europa, numa sociedade social-democrata, onde os dirigentes sindicais não têm perspectiva, a não ser manter tudo como está. Nós não queremos isso, nós queremos uma nova sociedade, queremos o controle da produção. Temos que colocar isso para a peçoada. No entanto não dá para chegar e dizer: "queremos a revolução já", pois isso espanta os trabalhadores que não estão preparados. Assim temos que colocar a nova sociedade como perspectiva.

A Nova República não é nada mais do que o aperfeiçoamento da classe que está dominando. E nós vamos ter que nos aperfeiçoar como dirigentes que questionam o poder.

## São Caetano

### A dura repressão da GM

— Como foi o processo da organização da Comissão de Fábrica da GM?

Alfredo — A fama da GM de São Caetano era a de ser uma empresa que nunca tinha feito greve. Participamos de uma chapa de Oposição em São Caetano do Sul, chapa que ganhou mas não levou. A partir disso voltamos para as empresas e tentamos organizar os trabalhadores em grupo de fábrica, com o objetivo de chegar a ser uma Comissão de Fábrica. Ganhamos a CIPA que começamos a atuar lá dentro e começamos a fazer um boletim interno. Fomos organizando, e aí surgiu a greve de dezembro, quando conquistamos a Comissão de Fábrica. Começamos a discutir os estatutos com a empresa mas agora com o movimento grevista a Comissão foi totalmente cassada, não ficou ninguém. Foi, apesar de tudo, uma experiência interessante pois foi a Comissão que organizou a greve, mesmo com a direção do Sindicato totalmente contra. Organizamos os trabalhadores, fazíamos assembleias dentro da fábrica, colocávamos as reivindicações, tivemos o reconhecimento dos sindicatos independentes para representar São Caetano na mesa de negociações. A Comis-

são da GM extrapolou a própria GM e passou para a Base, passou a ser vista como a direção sindical, chegando a fazer assembleias de 10.000 companheiros. Apesar de estarmos hoje todos fora da fábrica, somos reconhecidos, ainda estamos conversando com os companheiros que voltaram para a fábrica, a luta não terminou.

— Como foi a ocupação da GM?

Alfredo — Começamos a greve entrando na fábrica, trocando de roupa, marcando o cartão, mas ninguém trabalhava. Na hora de sair, no final do turno, iam embora, entrava o outro turno e continuava o processo. Ficamos assim durante vários dias, até que a GM resolveu demitir: saiu uma lista de quase 100 demitidos. A partir daí os companheiros resolveram acampar para garantir a permanência dos companheiros que haviam sido demitidos. E também como uma forma de pressionar os patrões para que não houvesse mais demissões. Depois de 3 ou 4 dias a firma entrou com um pedido de uma liminar pedindo que se deso-

cupasse a empresa. Resolvemos que iríamos sair, mas para sair era necessário que o juiz inspecionasse a empresa, pois a GM estava nos acusando de estar, tentando destruir a firma, estragando as máquinas e o patrimônio da empresa. Depois que recebemos a liminar solicitamos para o juiz que ele fizesse uma inspeção.

O juiz aceitou, fez a inspeção e constatou que a nossa fábrica estava em ordem. Depois que o pessoal desocupou a fábrica, tivemos uma grande surpresa: durante dois dias os patrões não deixaram ninguém entrar na empresa. Depois só deixavam entrar na fábrica as pessoas que não estivessem na lista de demitidos. Só que aí já havia mais de 300 demitidos.

Apesar disso ainda tínhamos alguns ativistas dentro da empresa que fizeram uma movimentação lá dentro e o pessoal terminou não trabalhando nesse dia. No dia seguinte já foi impossível, não havia ninguém nosso. A polícia também intensificou a vigilância, fora e dentro da empresa. Havia policiais a paisana contratados pela empresa e muita pressão da chefia, o que fez com que o pessoal tra-



balhasse. A partir daí mantiveram o mesmo esquema de impedir que os ativistas entrassem lá dentro e houve uma desmobilização dos trabalhadores naquele instante. Mas estamos fazendo assembleias e acreditamos que se a empresa não fizer acordo com os trabalhadores a empresa tem condição de voltar a parar.

— Existe alguma proposta de solidariedade aos demitidos, de luta pela readmissão deles?

Alfredo — Apresentaremos ao Congresso da CUT uma proposta, decidida pela base em São Caetano, de fazer grandes mobilizações frente a FIESP, no sentido de impedir essas demissões e pela readmissão dos demitidos.

## Santo André

### Redução da jornada foi conquistada

multo grande e nesta campanha os metalúrgicos do ABC nos surpreenderam, pois a paralisação foi de uma forma bastante eficiente, com os companheiros assumindo a paralisação nas fábricas, num processo de revezamento de turno. A greve poderia atingir um bom número de dias parados e os patrões sentiriam isso. Começamos a conquistar acordos em empresa de porte pequeno e médio, atingindo hoje todas as empresas em Santo André. Com 24, 25 dias de greve estávamos com quase todas as empresas com acordo firmado. Em Santo André temos empresas importantes, somos 40000 metalúrgicos, lá estão desde a ALCAN, que detém o monopólio do Alumínio das autopeças a COFAP, a KS Pistões, BROSOL, TRW que atingem 15000 metalúrgicos, etc. Na verdade conseguimos acordos bons: 14000 metalúrgicos têm a redu-

ção para 44 horas semanais, 17000 para 45 horas, conseguimos a reafirmação da trimestralidade, (15 acordos com estabelecimento de até 5 meses no emprego, 7 comissões de fábrica nesta campanha, conquistamos uma reivindicação antiga dos metalúrgicos que é o transporte.

Foi uma campanha bastante vitoriosa dos metalúrgicos de nossa região. Todos os companheiros estão trabalhando guardando fôlego para uma luta futura, talvez a greve geral que virá por aí encampada e dirigida e pela CUT. Também tomando fôlego para algumas questões específicas como o 14º salário, que foi conquistada em duas empresas: se não vier positivamente será desencadeado novo processo de greve.

Os metalúrgicos de Santo André não estão fora do contexto do trabalhador do

Brasil, sabem e têm claro a importância de uma greve no início de 85, onde a conjuntura econômica, política e social requer uma posição firme dos trabalhadores.

Mostramos ao governo federal que apesar de toda a propaganda feita pela burguesia, pela grande imprensa que eles não são aquilo que o povo quer, na verdade são ilegítimos, não são o governo que interessa ao povo, principalmente ao trabalhador. A gente está demonstrando que a categoria metalúrgica e demais trabalhadores devem assumir essa direção para exigir mudanças concretas e efetivas em nosso país, fazendo com que todos, inclusive o homem do campo, saibam que nós estamos lutando por um dia melhor, por um futuro melhor, por um país voltado aos interesses do povo, trabalhador, por uma sociedade socialista.



15% de aumento, mas nós estamos brigando por uma redução da jornada de trabalho, que é uma luta contra o desemprego. Essa consciência se deve não só a diretoria mas também às Comissões de Fábrica que surgiram, que foram fazer trabalho dentro das empresas, que vieram para o sindicato.



— O que é a "operação vaca brava"? Vicentino — Ela vem de uma acumulação de experiências das greves de 78, 79, 80, 82, 83, 84. Nós constatamos na greve de 78 que, parando dentro do setor (a greve foi dentro das empresas), tivemos muitos problemas porque a "chefaída" se espalhava pelos setores e a pressão era muito intensa ali no pé da máquina. Em 79, decidimos parar fora da fábrica, pois assim ficaríamos fora da pressão da "chefaída". Mas tivemos uma surpresa porque fomos atacados pela polícia na rua.

Em 82 decidimos parar dentro da fábrica, mas no pátio, porque aí nem a chefaída vinha pressionar, nem a polícia ia bater. Em 83 decidimos não paralisar, mas realizar a "operação tartaruga". Nas greves, percebemos alguns pontos importantes: quando os patrões estão parados todos juntos ficam tranquilos, porque o presidente da Ford sabe que a Volks não vai pegar o seu mercado. Percebemos ainda que uma empresa depende da outra: a empresa de autopeças depende da montadora e vice-versa.

Por tudo isso, fizemos a "vaca brava", que consiste em parar algumas empresas e outras não. Paramos parte da categoria, no início da greve. Com a morte de Tancredo, para a opinião pública, fizemos a suspensão da greve. Constatamos com essa volta ao trabalho que empresas como a Ford, a Volkswagen não tinham o que produzir porque estava faltando peças das empresas pequenas. Decretamos então o retorno ao trabalho e aí efetivamente começou a "operação vaca brava". As empresas danadas da vida porque não tinha produção e o pessoal não estava em greve, e não estando em greve os patrões tinham de pagar os dias. Colocamos toda a força do movimento nas empresas de auto-peças; depois de um mês as dificuldades terminaram obrigando o pessoal a voltar ao trabalho. Ai, decretamos a volta a greve nas grandes empresas, o que trouxe uma surpresa para os patrões das pequenas: algumas empresas mesmo voltando ao trabalho não vão produzir, pois não poderão mandar peças para a Volks, porque a

## Muita lenha para queimar

discutimos com a diretoria do Sindicato a proposta de continuarmos sem greve, recebendo nossos salários mas sem produzir.

— Já estamos a 32 dias de campanha. Qual o ânimo do pessoal para o prosseguimento da luta?

Betão — Veja na FORD só fizemos 8 dias de greve. Assim os companheiros da FORD têm muita lenha para queimar ainda. A gente só não vai a greve amanhã porque esperamos uma reunião com a diretoria do Sindicato (que deve ser amanhã ou depois) e o pessoal está preparado para ir a greve. Eu acho que essa greve é uma greve a longo prazo. A gente já discutiu isso. Por exemplo, você pode entrar em greve agora na FORD, ficar dez dias e

depois voltar ao trabalho e no mês que vem perder mais 15 dias. O pessoal está sabendo que as 40 horas não serão conquistadas sem muita luta. Já fizemos debates por área, no sindicato, na hora do almoço, na sala da Comissão de Fábrica. Se não conseguirmos a redução nesta semana ou neste mês esta greve não vai acabar tão cedo; mesmo cortando + cabeças vai haver um ano de greve em SBC. O pessoal está disposto a parar uma semana por mês, uns dez dias por mês e ter sempre greve na categoria. Mesmo com todas as dispensas que ocorrerem o pessoal está muito mais politizado, muito mais consciente do que nos anos anteriores. Hoje o pessoal de São Bernardo do Campo não briga mais apenas por 10 ou



Plásticos de São Paulo e Caieiras

# Oposição Sindical lança chapa 2

*Nesta sexta-feira, dia 17 de maio, será lançada a Chapa 2, chapa da oposição sindical dos plásticos de São Paulo e Caieiras. As eleições serão nos dias 5, 6, 7 e 8 de agosto. Em 1980 a categoria chegou a ter 60.000 trabalhadores na base, em janeiro deste ano chegou a 38.000.*

*Uma medida da dimensão do problema do desemprego para os plásticos. 95% da categoria ganha menos de 3 salários mínimos. Existem mais de 1.200 fábricas na base, sendo as maiores a Trol, a Goyana, a Itap, a Interplastic, a Plavinyll, a Pertcamp. Em condições de voto estão 8.000 trabalhadores da categoria.*

*EM TEMPO entrevistou a Chapa 2, representada por Martisalem (candidato a presidente, da Tecplast), Ednaldo (da Dixie) e Eduardo (demitido antes do prazo de inscrição da chapa).*



**P**ara Martisalem a chapa 1 representa a continuidade da intervenção militar de 1964, sendo renovada apenas com a aposentadoria de determinados membros, mas mantendo a mesma linha política de nada fazer em benefício dos trabalha-

dores, travando a luta e a organização dos trabalhadores. A atual política vem sendo mantida no sindicato há 21 anos, afirma Martisalem, não há encaminhamento das lutas e reivindicações, deixando um espaço muito grande para a atuação da oposição, devido à imobilidade da diretoria.

A categoria dos trabalhadores em indústrias plásticas sofreu bastante com o processo de crise. De 1980 a 1985 houve uma redução de 60.000 para 38.000 trabalhadores, com demissões em massa. A atual diretoria não moveu um dedo sequer para denunciar esse processo, afirma Martisalem, partindo da oposição as tentativas de luta contra essas demissões (particularmente na Goyana). Apesar desses problemas, algumas lutas foram realizadas, inclusive greves por fábricas. Essas greves, realizadas de forma espontânea, resultaram, inclusive, na conquista de Comissões de Fábrica. Com a ampliação da pressão que os patrões faziam, e com a total desassistência da diretoria, foram desfeitas quase todas as Comissões formadas, restando apenas uma na Interplastic, onde até agora a diretoria do sindicato nada fez para renovar a estabilidade.

A partir dessas informações de Martisalem, Ednaldo acrescenta que na fábrica onde trabalha, a Dixie, são efetuadas demissões todo o ano e a diretoria do sindicato não toma conhecimento, inclusive com a existência de demissões em massa.

A oposição foi formada por companheiros que sempre tiveram vontade de fazer alguma mudança. A partir de 1982, começa a se organizar a atual oposição, no sentido de tentar fazer que o sindicato caminhasse. Entretanto, prossegue Martisalem, com o imobilismo da diretoria, os companheiros tomaram consciência que era necessá-

rio articular a oposição para levar adiante as lutas dos trabalhadores, com uma visão de um sindicato combativo. Ednaldo concorda e acrescenta que a oposição surgiu num momento oportuno, em que se tem que entrar com tudo, para lutar e tirar a pelejada fora. Outra questão importante, coloca Eduardo, é que a atual oposição se demarca no campo do apoio e construção da CUT, sendo que muito do trabalho inicial da oposição era feito a partir da CUT.

A chapa foi formada em convenção, convocada a partir das fábricas com a participação de 31 fábricas em uma chapa de 54 membros, o que revela uma grande participação. Além disso, a chapa já conta com o apoio de vários sindicatos combativos e da CUT, que lançou uma nota convocando para o ato do lançamento da chapa.

## As principais propostas da oposição

A chapa 2, caracteriza-se por um programa de combate em relação à atual política de austeridade. Na parte que trata mais especificamente em relação à luta contra o arrocho e desemprego, a oposição levanta as bandeiras de unificação das datas base (já que a base do sindicato negocia em datas diferenciadas), pelo reajuste trimestral de salários, por aumento real e piso salarial com base no salário mínimo calculado pelo DIEESE, pela redução da jornada de trabalho para 40 horas - sem redução de salários. Além disso, também luta por estabilidade e por salário integral para os aposentados.

Uma das questões mais importantes na luta dos trabalhadores na indústria plástica é a das condições de trabalho, já que nas fábricas existem ambientes com alto nível de insalubridade. Nesse sentido, a oposição luta para acabar

com as condições insalubres. Entretanto, enquanto não é resolvida essa questão, a oposição levanta a necessidade de luta para que todos os trabalhadores, que trabalhem em ambientes insalubres, recebam a taxa a que têm direito, além de cumprirem uma jornada de trabalho menor.

## A situação das mulheres

Hoje cerca de 50% da categoria é composta por mulheres, que são o alvo predileto dos maus tratos e ameaças dos patrões e chefes. Realizam o mesmo trabalho e ganham menos que os homens. Além disso, as trabalhadoras ainda sofrem outros tipos de discriminação: são controladas quando vão aos banheiros e se casam ou estão grávidas são demitidas. Para completar o quadro de discriminação, existe um teste de gravidez para que as trabalhadoras sejam admitidas no emprego. A oposição levanta a luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres, por estabilidade para casadas e gestantes, por creches gratuitas nas fábricas, pelo fim da opressão e desrespeito a que estão submetidas as trabalhadoras.

## A luta pelo novo sindicato

Além dessas lutas, a oposição encaminha a luta pela democratização do sindicato, sendo que a diretoria terá o caráter colegiado, isto é, todos terão os mesmos direitos no interior dos membros que compõem a atual chapa 2. Também reforça a necessidade de um acompanhamento maior da situação dos trabalhadores, da realização de assembleias com maior periodicidade, enfim, um sindicato forte, democrático e representativo, que se una com os trabalhadores brasileiros na luta pelo fim da exploração.

## Multinacional demite Comissão de Fábrica.

Os trabalhadores da empresa Barbará, ligada a um poderoso grupo multinacional francês, entraram em greve no dia 16 de abril, reivindicando aumento real de salário.

A greve conquistou um aumento de 5%.

Ao final da greve a empresa demitiu os membros da Comissão de Fábrica, uma tentativa de desmantelar as conquistas da organização dos trabalhadores na fábrica.

Em protesto contra as demissões, os membros da Comissão de Fábrica da Barbará entraram em greve de fome no dia 30 de abril, acampando na Praça da Sé. No dia 1º de maio foi denunciada a repressão patronal e a luta dos companheiros da Barbará pela readmissão e pelo reconhecimento da Comissão de Fábrica (que havia sido democraticamente eleita) recebeu o apoio de todos os participantes do ato.

Os acontecimentos na Barbará são um alerta para a necessidade de defesa do mandato das Comissões eleitas pelo conjunto dos trabalhadores.



## ELEIÇÕES DOS BANCÁRIOS DO RIO

## Doze pontos para um balanço



“1. Só o resultado das urnas, diferença de 630 votos num total de 24.000, para uma chapa de composição fraca (pouca gente de banco particular, ativistas com pouca experiência sindical), mas que se apresentou para a categoria como de oposição, contra o continuísmo e se declarava firmemente da CUT, pode nos revelar que cometemos um enorme erro de avaliação sobre o desgaste da diretoria do sindicato e o anseio de mudança, que apesar de difuso, existia na categoria.

2. A proposta de prévias eleitorais, com o objetivo de superar a estrutura CLT, democratizando o sindicato e constituindo uma diretoria com base na proporção que cada chapa obtivesse, garantia a hegemonia e a não exclusão de qualquer corrente significativa de sindicalistas. No entanto, entre a proposta de prévias e o processo que ao final se realizou existiram diferenças importantes. Diferenças estas que comprometeram mesmo a proposta inicial.

Ao termos conhecimento prévio que forças sindicais significativas não aceitaram o processo de prévias eleitorais, mesmo com a aprovação de uma assembléia da categoria, tivemos o conhecimento também que se realizariam as eleições CLT e que, portanto, não atingiríamos nosso objetivo de ter todas as forças sindicais representadas na diretoria do sindicato.

O processo das prévias não pôde ser abrangente o suficiente para atingir toda a categoria, localizando-se principalmente no Banco do Brasil e BANERJ (onde realizaram-se eleições diretas). Nos bancos particulares, uma infima parcela participou da escolha de nomes na prévia.

O tempo entre a realização das prévias, que não empolgou a categoria, e a eleição CLT não permitiu que se fizesse uma ligação direta entre os dois processos, mesmo considerando-se que a chapa 1 manteve-se fiel às prévias e apresentou-se como uma chapa unitária, saída da categoria.

ACEITANDO AS PRÉVIAS TERMINAMOS POR CONSTITUIR UMA CHAPA JUNTO COM OS SETORES REFORMISTAS DA ANTIGA DIRETORIA DO SINDICATO, NOSSO TRADICIONAL

adversário no movimento sindical. Mesmo não sendo uma composição “de gabinete”, para grandes parcelas da categoria, o que passou foi uma composição de uma parte da “oposição” com a “situação”, sendo que a maioria ficou com a situação.

3. A nossa avaliação incorreta pode ser reputada à nossa pequena inserção nos bancos particulares e à tendência a generalizar avaliações, encaminhamentos e políticas com base nos acontecimentos no Banco do Brasil, particularmente a greve do final de 84, onde atuamos junto com a diretoria do sindicato e avaliamos que a partir da regeneração da imagem do Ivan no Banco do Brasil o desgaste da diretoria era menor.

4. Quando a chapa 1 fez a campanha em torno da idéia da prévia, ela continuou a apresentar um processo novo para a categoria, sem poder apresentar um perfil político próprio e propostas claras e objetivas.

A chapa 2 fez a campanha em cima daquilo que era o ponto fraco da chapa 1: caracterizá-la como situação. Esta foi a dinâmica que pegou durante a campanha: situação x oposição.

5. Para se poder chamar de vitoriosa a chapa 1, o resultado eleitoral teria que lhe conferir uma larga maioria. Isto significaria, na prática, que a categoria havia entendido a “prévia” e desejava uma diretoria unitária. Uma diferença eleitoral tão pequena (como foi pequena a diferença para a 2) não significaria uma vitória política.

6. Mas é claro que, apesar de tudo, preferiríamos ao menos uma vitória eleitoral. Dado a pequena diferença, alguns aspectos de menor importância precisam ser lembrados, considerando que durante a campanha já era evidente a dinâmica: situação x oposição.

Colocar Ivan e Percinoto na cabeça da chapa foi facilitar demais a identificação com situação e continuísmo.

Balanços que superestimavam a força dos reformistas e o controle do aparelho sindical criaram uma expectativa que a chapa 1 era vitoriosa. Isto “amoleceu” a campanha. Um balanço mais preciso de que a disputa estava

“pau a pau” deveria mudar o ritmo da campanha para se disputar a vitória.

Entre a proposta de prévias e o processo que ao final se deu, existiram diferenças. Diferenças que comprometeram mesmo a proposta inicial.

A tradição das eleições em bancários, muito disputadas, indicava que a participação do “apoio” nesta campanha precisa ser mais ativo e não ficar restrito a colagem de cartazes, por exemplo.

Durante a eleição estava em greve São Bernardo e o Metrô do Rio. Estes fatos colocavam a CUT todos os dias na grande imprensa, o que foi um bom impulso para a chapa 2.

7. O balanço geral é de uma grande vitória para a CUT e da CUT, apesar da incompreensão destes setores em não participarem da “prévia” e de terem uma visão sindical que não atribui o peso necessário à política de unidade no movimento sindical.

8. O esforço da direção da

CUT em realizar um 1º de Maio unitário em São Paulo e o documento básico para o encontro sindical do PT, em outra medida, são indicadores de um amadurecimento positivo com relação à necessidade da conquista da Unidade e da Democracia no movimento sindical.

9. Para o movimento sindical nacional e regional a saída dos reformistas da diretoria do sindicato dos bancários é algo relevante. A diretoria deste sindicato nas mãos da CUT é uma vitória eleitoral de peso. No entanto, só será uma vitória para a construção da CUT se conseguir levar a cabo uma gestão que crie laços com os bancários e com os trabalhadores em geral.

10. A vitória da CUT pode abrir melhores condições para a atuação do MUDE. Os espaços não estão fechados e enquanto MUDE tivemos bons resultados em quase todos os locais onde tínhamos um trabalho acumulado, aí se destacando o Sulbrasileiro e o Boa Vista.

11. De imediato precisamos retomar o MUDE como uma tendência sindical. Discutir

com todos os que fizeram campanha conosco um balanço e um plano de ação. Levando em consideração que uma parcela de ativistas que fez campanha para a chapa 2 ainda mantém o MUDE como referência principal. A experiência que esta nova diretoria vai possibilitar na sua relação com os ativistas e com o conjunto da categoria abre um espaço para a atuação do MUDE. Isto é possível porque avaliamos que a nova diretoria levará algum espaço para definir um perfil, ou de outra forma, uma hegemonia em seu interior.

12. Enquanto militantes do PT precisamos retomar o núcleo dos bancários. De um lado, é o espaço que precisamos para discutir, aprofundar e hegemonizar com base em uma política sindical que defendemos. O momento é super oportuno: reformas constitucionais, constituinte, debate aberto no interior do PT. De outro lado não podemos deixar o núcleo nas mãos de outras correntes, algumas agora na diretoria do sindicato, que tradicionalmente não tem demonstrado uma prática de construção do PT.”

## você se interessa pelo futuro político do Brasil?

leia a nova revista SOCIALISMO &amp; DEMOCRACIA

**SOCIALISMO  
DEMOCRACIA**  
JAN/MAR-85 5

Ponto de Partida - Cartas dos leitores

Quem tem razão: Ratzinger ou Boff?  
Jacob Bazarian

O complexo militar industrial e a essência agressiva do imperialismo  
Carlos Góes Alonso

Panorama atual das esquerdas no Brasil  
Orlando Farias

O partido comunista e a conjuntura atual  
Eliete Pacheco

Entrevista com Glecondo Dias  
Secretário-geral da PCB  
José Fuchs

Quatro visões sobre a internacional socialista  
Orlando Farias

Um profeta mal intencionado  
José Lucas

Notas

Glossário de socialismo

EDITORA ALFA-OMEGA

Desejo receber os seguintes números da Revista SOCIALISMO & DEMOCRACIA pelos preços constantes no Catálogo Geral Alfa-Omega de Maio/Agosto de 1985

N.º 01  N.º 02  N.º 03  N.º 04  
 N.º 05  N.º 06  N.º 07  N.º 08

PROMOÇÃO/ASSINATURAS:  ANO I - Cr\$ 37.800 - nº 1 ao 4  
 ANO II - Cr\$ 56.200 - nº 5 ao 8  
 ANOS I e II - Cr\$ 79.900 - nº 1 ao 8

(Exterior US\$ 43,00)

Pagamento efetuado por: Preço nº avulso: Cr\$ 13.500

Cheque nominal cruzado  
 Vale Postal pagável agência APT. B. PINHEIROS 405108-SP  
 Comprovante Ordem Pagamento Banco do Brasil Agência Metropolitana Pinheiros - SP cc nº 12937-2  
 Ordem de Pagamento cartão Credicard-Visa nº .....

Nome \_\_\_\_\_

End. \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ ESTADO \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_\_ ASSINATURA \_\_\_\_\_



EDITORA ALFA-OMEGA

Rua Lisboa, 500 CEP 05413 São Paulo - SP  
Fone: (011) 852-6400 Telex: (011)22888XPSP BR



SÃO PAULO

# Professores elegerão nova diretoria

Nos dias 29, 30 e 31 de maio os professores da rede pública de São Paulo estarão elegendo um novo Conselho e diretoria para a Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Concorre, três chapas: *Apeoesp Faz*, que o jornal *EM TEMPO* apoia, *Apeoesp Presente* e *Alternativa*.

O processo de formação de chapas para a diretoria desenvolveu-se tendo como base três pontos programáticos, em discussão desde o V Congresso Anual da entidade: a independência da Apeoesp com relação aos órgãos do governo e aos partidos políticos, a defesa da CUT e a luta contra o pacto social.

Claramente contra estes princípios coloca-se a chapa *Apeoesp Presente*, oposição à atual diretoria. Em seu programa, *Apeoesp Presente* defende a "luta pela participação no Conselho Estadual de Educação", órgão do governo estadual altamente comprometido com os interesses do ensino privado. Em sua atuação, os companheiros sempre deixaram claro o seu posicionamento contrário à CUT e seu apoio à Conclat, hoje mascarado atrás de uma posição pretensamente neutra "pela reunificação do movimento sindi-

cal". Quanto ao pacto social, que sequer é mencionado em seu programa, o melhor posicionamento é a sua prática, por exemplo na atual campanha salarial (veja nesta mesma página).

## O programa de Apeoesp Faz

A respeito da independência da entidade, o programa da chapa *Apeoesp Faz* afirma: "A Apeoesp tem que continuar lutando intransigentemente em defesa dos interesses do professorado. Por isso, devem manter a sua independência frente aos órgãos do Estado que é, em última instância, o nosso patrão". E logo a seguir: "A Apeoesp deve lutar pela maior participação dos professores nas lutas políticas e na vida partidária. Porém, como entidade representativa de todos — dos que têm partidos e dos que não têm — a Apeoesp deve manter-se independente dos partidos políticos".

Sobre a defesa da CUT, lemos no programa de *Apeoesp Faz*: "Sabemos que a CUT não é a única articulação sindical do Brasil, porém nela identificamos os mesmos princípios de organização democrática e de luta existentes na Apeoesp, especialmente a independência frente ao Min. do Trabalho."

Sobre a proposta de pacto social, *Apeoesp Faz* é explícita em seu programa: "Somos a favor de negociações, mas não nos interessam propostas de pacto social que signifiquem a paralisia do nosso movimento. Somos radicalmente contra abrir mão de nossas reivindicações e de nossas formas de luta."

Assim, há absoluta clareza de *Apeoesp Faz* em defesa dos três pontos programáticos que definem hoje o campo combativo dentro do movimento sindical.

## Divisão do bloco combativo

Entretanto, em sua campanha, a chapa *Alternativa* tem afirmado ser a única que defende estes princípios. Em entrevista ao jornal da Convergência Socialista — setor hegemônico nesta chapa — o candidato a presidente, Nelson Silva, afirma: "A diretoria da Apeoesp e o setor a ela ligado nunca foram a favor, na prática, dos três pontos aprovados no V Congresso (anual da Apeoesp). Isso se expressa nos materiais que publicam". Essa afirmação é contraditória com o fato do diretor de assuntos intersindicais de *Apeoesp Faz* ter sido eleito para a executiva estadual da CUT, em seu I Congresso (realizado nos dias 10, 11 e 12 de maio), contando inclusive com o apoio da Convergência Socialista.

O jornal *EM TEMPO* não tem o hábito de criar falsas unidades ou acentuar divergências onde elas não existem. Em nossa edição anterior delimitamos nossos pontos divergentes com a atual diretoria (veja *Aparte*). Entretanto, o correto político que identificamos hoje no movimento sindical brasileiro nos coloca do mesmo lado, defendendo os mesmos princípios, expressos no programa da chapa *Apeoesp Faz*.

Defendemos o direito de toda corrente política se expressar e organizar, e nesse sentido reconhecemos a legitimidade do lançamento da chapa *Alternativa*. No entanto, per-

guntamos aos companheiros: onde estão as diferenças programáticas? Já que elas não existem, o que justifica o lançamento de sua chapa não é a construção do movimento, mas apenas a construção de sua própria posição.

## Continuar e aprofundar

*Apeoesp Faz* é a única chapa que reivindica na sua campanha a trajetória de lutas e conquistas, de construção de uma entidade de massas, democrática e combativa, desde que os pelegos foram varridos do interior da Apeoesp em 1979. Estas conquistas estão expressas num dos estatutos mais democráticos do sindicalismo brasileiro; no acentuado ritmo de crescimento da entidade: em 1983 eram 19 mil associados, hoje são 35 mil; no impulso a campanhas de massa unificadas com o magistério etc.

Nesta perspectiva, *Apeoesp Faz* defende a continuidade e o aprofundamento do trabalho que vem sendo desenvolvido. Entretanto, não é uma chapa continuísta, uma vez que resulta de uma composição de forças — incluindo setores que se colocavam na oposição — e dos atuais 21 diretores, permanecem apenas oito.

## Cresce a luta pelo trimestral

O principal teste para as chapas que se lançaram às eleições da Apeoesp tem sido a campanha salarial em curso, onde as principais reivindicações são a reestruturação da jornada de trabalho; a reposição das perdas salariais ocorridas no governo Montoro e mais o reajuste trimestral, expressos no índice de 47,7%.

Em assembléia geral no dia 27 de abril, com a presença de dois mil professores e especialistas, setores integrantes da Chapa *Apeoesp Presente* defenderam o abandono da luta imediata pelo trimestral, contraposta à luta pela incorporação ao salário do abono de 25% já conquistado do governo estadual para maio e junho. Vaída ao ponto de não poder prosseguir, a candidata a presidente por *Apeoesp Presente* só conseguiu demonstrar mais uma vez a sua política de conciliação.

Foi aprovada por esmagadora maioria a proposta defendida pelos membros das chapas *Apeoesp Faz* e *Alternativa*, que mantinha as reivindicações. E este ânimo foi confirmado pelas 25 mil pessoas que compareceram à manifestação diante do Palácio dos Bandeirantes, dia 10 de maio, unificada com o funcionalismo estadual. Os próximos passos, dentro do cronograma apresentado por membros de *Apeoesp Faz* e aprovado em assembléia, serão reuniões de representantes de escolas no dia 16 e nova assembléia do Magistério, no dia 18, quando a categoria decidirá se entra em greve.



A chapa *Apeoesp Faz* reivindica a trajetória de lutas de massa da Apeoesp, como a manifestação do dia 10 de maio, do funcionalismo.

## APARTE

Publicamos a seguir carta que recebemos de integrantes, articuladores e apoiadores da chapa *Apeoesp Faz*.

Os membros da chapa *Apeoesp Faz*, que concorre à diretoria da Apeoesp, os professores que apóiam e que participaram do seu processo de articulação — mais de mil, em todo o Estado —, membros da atual Diretoria da Apeoesp, o professor Gumercindo Milhomem Neto e o Deputado Paulo Frateschi, foram citados de maneira ofensiva e injuriosa pelo jornal *EM TEMPO* em sua edição de abril de 1985.

Segundo o jornal, essas pessoas formam um "setor" filiado ao PT, porém pouco comprometido com o mesmo, e a favor da CUT, apesar de pouco empenhado com a sua construção pela base e com a sua direção. Ainda segundo o jornal, há um outro amplo setor de petistas, esses sim combativos, incluindo entre eles, obviamente, os seus próprios militantes.

Em outros momentos, menciona "as bases da atual Diretoria (como), em geral, petistas e combativos" apesar da atual Diretoria ser caracterizada como vacilante e enganadora quanto à "política para as grandes massas", de recusar-se ao papel de verdadeira direção, despolitizar a categoria e ficar "a reboque de seus fluxos e refluxos".

Afirma também o jornal que há coinci-

dência "nas propostas práticas" da atual diretoria com um "setor" que "tem projeto claro de atrelamento político e orgânico da entidade ao governo estadual", considerando porém que uma composição dos "petistas combativos" com "a articulação reunida em torno da atual diretoria" é "o melhor caminho para (...) evitar a vitória dos que querem atrelar o movimento ao Governo Montoro" (!?).

Finalmente o jornal declara que "a atual Diretoria recusou-se a um processo democrático de formação de chapa, apresentando vetos políticos a setores e nomes", entre os quais aqueles que são definidos, no mesmo artigo, pelo seu "descompromisso com o movimento".

A chapa *Apeoesp Faz* não se reivindica uma chapa unitária. Dela fazem parte os professores que concordam, por posições e atuação, com a prática sindical desenvolvida pela atual diretoria. Para sua formação, não houve pré-requisitos de ordem partidária. Não é a chapa de um "setor" político, dela fazendo parte petistas de diferentes visões, peemedebistas idem e militantes da Apeoesp sem vinculação partidária. Dela não fazem parte os militantes da Convergência e do PCdoB, obviamente, não pelo fato de serem partidariamente organizados, mas pela sua prática sindical na Apeoesp, em tudo contraditória com a prática da atual diretoria, especialmente, em ambos os

casos, quanto à independência da entidade a partidos políticos e em um caso quanto à própria Secretaria da Educação o que, temos certeza, aconteceria também no outro caso, se o seu partido estivesse no poder.

Não há, na Apeoesp, "convenção eleitoral". As chapas concorrentes formam-se livremente entre associados que estejam de acordo quanto a propostas programáticas e quanto à prática de cada um dos seus respectivos componentes. Têm, portanto, a Convergência, o PC do B ou outros agrupamentos pleno direito à formação de chapas com as pessoas que sejam de sua confiança. A democracia é garantida pelos encaminhamentos do processo eleitoral, que asseguram igualdade de tratamento pela direção da entidade a todas as chapas, inclusive no que diz respeito aos órgãos de divulgação e recursos orçamentários da Associação. Todo processo é democraticamente decidido pelo Conselho de Representantes de subseções e pela assembléia geral.

Quanto ao mencionado descompromisso com a construção da CUT, vacilações, enganações, etc, respondemos com o reconhecimento público de que a Apeoesp é hoje uma entidade democraticamente organizada pela base — mais de três mil representantes eleitos em escolas de todas as regiões do Estado, para citarmos apenas um exemplo.

É publicamente reconhecida, em todo o movimento político, como uma dentre as

mais importantes e mais combativas entidades sindicais de todo país, organizadora das maiores manifestações públicas que já foram realizadas em inúmeras cidades do Estado e por uma só categoria profissional em toda a história da cidade de São Paulo.

Todas as campanhas encaminhadas pela Apeoesp, salvo raríssima exceção, foram e são originárias de propostas da atual diretoria e sempre dirigidas pela mesma, que realmente constitui-se em direção reconhecida por todo o professorado do Estado, associados e não à Apeoesp.

Nisso nos identificamos com os princípios da CUT, o que não nos impede o reconhecimento de que não é a única articulação intersindical do Brasil e que não conta com o apoio de parcelas bastante numerosas, inclusive ligadas a vários partidos políticos com atuação no professorado. A nossa identificação com a CUT não nos impede também o direito de criticá-la e de propor que a exemplo da Apeoesp empenhe-se, com todo esforço na união de todas as entidades e articulações, não importante as definições partidárias de seus dirigentes ou militantes, tornando-se assim, realmente a Central Única de todos os trabalhadores do Brasil.

Na esperança da publicação integral e aguardando manifestação inequívoca de apoio, integrantes, articuladores e apoiadores da chapa *Apeoesp Faz*.



## Montoro não recebe movimento

*Debaixo de chuva, mais de mil mulheres do Movimento de Mulheres pela Alimentação esperaram inutilmente pelo governador de São Paulo na porta do Palácio dos Bandeirantes. Mas as mulheres não desistem e fazem uma assembléia no próximo dia 22 de maio às 14 horas na Secretaria de Agricultura e Abastecimento.*



As mulheres exigem leite mais barato e congelamento dos bens de primeira necessidade

Exigindo um posicionamento de Montoro sobre a concessão de subsídio que torne o preço do leite mais acessível à população, as mulheres vêm tentando já há algum tempo uma audiência com o governador. O governo tem se esquivado continuamente mas mesmo assim o movimento conseguiu uma vitória parcial com a instalação de seis pontos de venda de leite a granel com uma diferença de preço, atualmente de 20% do preço do mercado (40% até o fim de abril).

O movimento que reúne grupos de mulheres de várias

regiões da capital e da grande São Paulo começou a se articular em outubro.

As reivindicações do movimento hoje são a extensão do projeto de distribuição do leite natural em outras regiões, com a manutenção do preço, hoje em 800 cruzeiros, e uma ampliação real deste benefício a toda população através do subsídio do governo para o leite, além do congelamento do preço dos alimentos.

### A importância das entidades

O Movimento de Mulheres

pela Alimentação encontrou nessa sua primeira vitória, dificuldades que vão, sem dúvida, se repetir em outros locais. Um dos carros-pipa foi instalado em Itapevi, fora do controle do movimento, aumentando as chances do governo do estado utilizar como propaganda sua, uma conquista que foi do movimento. Em Carapicuíba, por exemplo, a existência da Casa da Mulher foi fundamental para vencer as resistências da COHAB que não queria permitir a instalação do posto dentro do conjunto. Da

mesma forma, nas outras regiões, a existência de organizações de mulheres de caráter permanente, como a Casa da Mulher do Grajaú e o Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo, é essencial para garantir o controle do movimento sobre as conquistas obtidas.

Lutas como essas são de grande importância para se ampliar o movimento de mulheres e para politizá-lo. Os avanços desta luta por reivindicações imediatas devem ser canalizados para a construção de entidades do movimento de mulheres, que tenham uma preocupação constante com a luta mais geral pela libertação das mulheres. E isso só ocorrerá se o movimento incorporar a visão crítica do papel da mulher na família e na sociedade, que é exatamente o que faz com que elas sejam as primeiras a se mobilizar por reivindicações relacionadas com o custo de vida. (Tata Godinho)

## SÃO PAULO PT realiza encontro de mulheres

*Reunindo 130 militantes petistas de mais de quinze entidades do movimento de mulheres, além de algumas entidades sindicais e do movimento popular, o encontro realizado no dia 28 de abril discutiu as campanhas prioritárias, a autonomia e a necessidade de unificação do movimento de mulheres. Debateu também a organização das militantes petistas que atuam no movimento.*

Com uma pauta que abrangia questões do movimento e do partido, as militantes petistas se reuniram para discutir seu trabalho no movimento de mulheres e perspectivas para esse novo período que vai exigir crescimento político e organizativo das mulheres petistas. A discussão mais especificamente sobre a organização do movimento foi feita em dois grupos que discutiram "Formas de trabalho com as mulheres e campanhas prioritárias hoje" e a "Organização do movimento, sua autonomia e necessidade ou não de unificação".

Nesses aspectos, foi ressaltada uma crescente interação do movimento de mulheres com o movimento popular urbano e a vinculação desse movimento com a luta por melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, há uma necessidade crescente de politizar esse movimento através do ponto de vista feminista, introduzindo o questionamento do papel da mulher na sociedade para que as lutas ganhem um conteúdo crítico que alimente a sustentação de entidades de mulheres com caráter permanente.

Para esse setor, que tem uma composição fundamentalmente proletária e que se coloca como um movimento realmente independente do Estado, torna-se vital um processo de unificação que permita a coordenação de suas lutas. Campanhas unitárias capazes não só de fortalecer as entidades já existentes, mas de polarizar amplos setores de mulheres, formando novas entidades.

### Organização dentro do PT

Internamente ao PT, foi recolocada a discussão da Comissão de Mulheres como um espaço aberto de discussão e debate das questões referentes às diversas frentes de trabalho do movimento. Delimitaram-se também algumas formas de ampliar a representatividade interna da Comissão através da escolha, nos diretórios, de companheiras que queiram integrar a Comissão.

Ficou clara a necessidade de se ter uma posição oficial do partido sobre a relação com os Conselhos da Condição Feminina, sendo que a Comissão de Mulheres deverá programar discussões sobre o tema. A discussão sobre a Constituinte e os direitos e a participação das mulheres levou à formação de um grupo de trabalho que deverá também aprofundar a discussão.

Embora as discussões dos grupos tenham sido produtivas, capazes de aprofundar pontos importantes para o movimento e o PT, não se conseguiu concluir as discussões na plenária. A extensão da pauta praticamente impossibilitou que se avançasse mais em apenas um dia de encontro. Cabe agora à Comissão de Mulheres do PT sistematizar as discussões dos grupos e aprofundar sua elaboração nas reuniões ampliadas que já estão marcadas para o último sábado de cada mês. (TG)

## Igreja e Brizola barram regulamentação do aborto

*Sob pressão aberta da alta hierarquia da Igreja Católica, o governador Leonel Brizola e a Assembléia Legislativa do Rio voltaram atrás, no último dia 9, revogando uma lei que obriga os hospitais públicos a realizarem abortos nos casos já previstos em lei.*

A legislação é clara: a mulher pode recorrer ao aborto quando a gravidez resulta de estupro ou coloca em risco a vida da mãe. Nem mesmo essa legislação, estreita, autoritária, que não leva em conta a real idade das condições de planejamento da concepção e muito menos os direitos das mulheres de optar por ter ou não ter filhos, é, na prática, cumprida. Os hospitais públicos se recusam a realizar o aborto nos casos previstos em lei.

Foi apenas com o sentido de regulamentar um direito que já existe em lei federal, que a deputada Lúcia Arruda do PT-RJ, apresentou um projeto de lei à Assembléia Legislativa do Rio, obrigando os hospitais públicos a realizarem o aborto nos casos previstos em lei. Mas o terrorismo da Igreja conservadora não deixou por menos: utilizou o rádio, a televisão e seu acesso à população através das missas, para se aproveitar da falta de informação da população e mentir desavergonhadamente. Dizendo que o projeto de lei da vereadora petista constituía um "estímulo ao aborto", o cardeal arcebispo Eugênio Sales ordenou que a lei fosse revogada e Brizola e os deputados disseram amém. Foram 36 votos contra 8, em uma sessão tumultuada, com as galerias cheias de militantes da Igreja que diziam ter ido lutar contra a "lei que ia legalizar o aborto no Estado". O PDS chegou a fechar questão contra a legislação. E a assessoria de imprensa do cardeal manifestou depois sua satisfação com os deputados e o governador por "terem defendido os direitos humanos".

### Ampliar a discussão: uma vitória

Uma vitória, porém, foi alcançada: a discussão se ampliou e não pode mais



ser escondida. O mesmo projeto deverá ser apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo. Vinte e dois deputados de Pernambuco enviaram telegrama de solidariedade à deputada petista e se comprometendo a iniciar a mesma luta no seu Estado. Também o Conselho Regional de Medicina de São Paulo divulgou um documento, em março passado, destacando dados da Organização Mundial de Saúde que apontam cerca de 3 milhões e 500 mil abortos

realizados por ano no Brasil, causando morte de 200 mil a 300 mil mulheres, e reivindicando que, do ponto de vista médico, a permissão para o aborto seja ampliada para os casos em que o feto apresentar doenças genéticas graves. As forças mais conservadoras e reacionárias de nossa sociedade não poderão barrar por muito tempo os direitos de atendimento de saúde da população e o reconhecimento mínimo dos direitos de decisão e opção das mulheres. (TG)



# Reagan aperta o cerco à

*Após ver derrotado no Congresso americano o seu novo pedido de ajuda financeira à contra-revolução na Nicarágua, Reagan avança no bloqueio econômico ao pequeno país da América Central.*

PAULO COTA

Nos últimos dias, duas questões importantes foram o centro das atenções internacionais: a derrota no Congresso americano do pedido de ajuda econômica aos contra-revolucionários nicaraguenses enviado por Reagan e o anúncio de seu governo, logo após, da suspensão das importações, exportações e do tráfego aéreo e marítimo entre os dois países.

A não aprovação pelo Congresso do pedido de catorze milhões de dólares para os "contras" foi, na verdade, a terceira derrota recente do governo Reagan no sentido de acelerar a escalada militar dos Estados Unidos contra a Nicarágua. Desde 1981, os EUA já enviaram, além de armas e equipamentos, oitenta milhões de dólares para a contra-

revolução. Foi com o apoio direto da CIA que se montou um exército contra-revolucionário de entre dez e dezessete mil homens. Em 1984, o mesmo Congresso norte-americano já aprovava uma ajuda de 24 milhões de dólares aos "contras" que se esgotaram em meses.

Um novo pedido, porém, de uma suplementação de 21 milhões de dólares para os contras ainda em 1984 foi rejeitado sob o impacto negativo do plano internacional e interno das colocações de minas pela CIA nos portos nicaraguenses (a medida foi inclusive condenada formalmente pelo Tribunal de Halia). No final do ano passado, um novo pedido de 28 milhões de dólares para os "contras" foi rejeitado pelo Congresso, desta vez sob o impacto da divulgação

de um "Manual da Guerrilha", elaborado pela CIA para os "Contras", o qual sugeria até o assassinato de líderes sandinistas.

A rejeição do pedido de ajuda militar aos "contras" no Congresso tem mais uma importância política. De qualquer modo, a sustentação material e financeira do exército contra-revolucionário continuará a ser feita por outros canais (ver matéria de denúncia que publicamos abaixo). Ela reflete a indecisão das classes dominantes americanas em apoiar uma política de crescente agressão militar a Nicarágua que certamente evoluiria para intervenção direta das tropas americanas na América Central.

Esta indecisão reflete, por sua vez,

menos um respeito democrático a autodeterminação dos povos do que um cálculo político. Uma pesquisa publicada recentemente pela revista *Newsweek* revela que apenas 15% dos entrevistados nos EUA apoiam uma ajuda militar aberta aos contras. Assiste-se também nos EUA a um renascimento importante do movimento anti-guerra. No último dia 20 de abril, a cidade de Washington presenciou a maior manifestação anti-guerra desde o período do Vietnã: cerca de 65 mil pessoas, convocadas por 90 entidades, entre elas oito sindicatos nacionais, saíram em passeata agitando refreões contra a política armamentista do governo Reagan. Manifestações importantes ocorreram também nas cidades de San Francisco e Los Angeles.

## DENÚNCIA

# De onde vem o dinheiro

*Reproduzimos a seguir o importante documento publicado no boletim semanal da Agência Nueva Nicarágua que dá uma dimensão da complexa e vasta rede apoio à contra-revolução nicaraguense que existe nos EUA.*

“ Uma séria investigação realizada pelo Instituto de Estudos Políticos, sediado em Washington, ilustra a forma como a extrema-direita assumiu o papel de financiar com capital privado a guerra irregular promovida contra a Nicarágua, que deixa sem efeitos práticos a decisão política do Congresso dos Estados Unidos de acordo com a qual deveria ser suspensa a ajuda militar aos contra-revolucionários.

Organizações, como a **Christian Broadcasting Network**, que tem fornecido ajuda aos "contras" de cerca de sete milhões de dólares desde maio de 1984, se encarregaram de assumir como "prioridade" dentro de sua plataforma direitista o financiamento da guerra contra-revolucionária na Nicarágua. Uma vintena deste tipo de entidades tornaram realidade esta nova tática da direita, enviando à contra-revolução os recursos necessários para continuar a guerra. Distintos tipos de abastecimento, que vão desde botas, alimentos, equipamentos médicos e dinheiro para armas e munições e treinamento têm chegado durante o último ano às mãos dos contra-revolucionários.

Entre os colaboradores se encontram desde organizações que se autodenominam anticomunistas, como no caso da "causa internacional", uma frente criada pela seita do reverendo Sun Myung Moon, até outros grupos de extrema-direita que consideram o seu trabalho como uma causa "humanitária", passando por entidades oficiais como a CIA e o Pentágono que facilitam o transporte dos bens e coordenam a sua entrega.

As organizações que têm fornecido ajuda privada aos contra-revolucionários são as seguintes:

— O **American Security Council** (Conselho Americano de Segurança), dirigido por John Fisher e com sede em Boston, do qual são membros importantes funcionários da Administração Reagan e que conta no total com dez milhões de membros inscritos, segundo seus próprios arquivos. Este conselho coordena por sua vez uma série de pequenas organizações como a "**National Coalition for Peace Through Strength**" (Coalizão Nacional de Paz por Meio da Força), que se caracteriza por promover o armamentismo dos Estados Unidos.

— O **National Defense Council** (Conselho Nacional de Defesa), dirigido por Andy Messing Jr. que enviou 54 toneladas de alimentos aos contra-revolucionários e às forças oficiais de El Salvador. É uma entidade que se define como educativa e de investigação, com sede em Alexandria (Virgínia).

— O **Institute for Regional and International Studies** (Instituto de Estudos Regionais e Internacionais),

com sede em Boulder, Colorado. Ele foi criado pelo general da reserva Siglaub, que por sua vez é presidente da Liga Mundial Anticomunista (WACO). O instituto colaborou no treinamento (por meio de mercenários) das forças contra-revolucionárias nicaraguenses assim como do Exército em El Salvador, "quando o governo dos Estados Unidos não pôde cumprir esta função".

— **Caribbean Commission** (Comissão do Caribe), fundada em fevereiro de 1982, e dirigida por Alton Ochaner Jr. o qual por sua vez dirige o **Council for National Police** (Conselho de Política Nacional), sediado em New Orleans. Esta envia comida, roupas e medicamentos às "famílias" dos contra-revolucionários na fronteira entre a Nicarágua e Honduras. Entre julho de 1983 e julho de 1984, enviaram pelo menos vinte toneladas em roupa e comida e dez toneladas em equipamentos médicos. O secretário-executivo, Sergio Baltodano, disse que através de "companhias privadas na Venezuela e na Colômbia" se materializou o envio destes bens. Outra das atividades desta comissão é a de recolher dinheiro para a FDN (organização contra-revolucionária nicaraguense) entre os "homens de negócios e as grandes multinacionais dos Estados Unidos e da América do Sul", cujos resultados foram a coleta de 500 mil dólares em dinheiro que foram entregues aos contra-revolucionários.

— **Causa Internacional**, organização criada pelo reverendo anti-comunista Sun Myung Moon, como sua frente política na América Central. Este reverendo e suas organizações se caracterizam por sua colaboração com os programas da CIA na guerra dos contra-revolucionários. Está filiada a outras frentes paralelas da CIA como a **Relief Freedom Foundation** (Fundação de Auxílio à Liberdade). A Causa Internacional deu dinheiro aos contra-revolucionários assim como ajuda material, utilizando pessoas e entidades de extrema-direita dentro de Honduras. Os líderes contra-revolucionários identificaram a Causa Internacional como a principal fonte de seus recursos tanto em dinheiro como em bens e treinamento, desde que o Congresso norte-americano decidiu a suspensão da ajuda oficial aos contra-revolucionários a partir de maio de 1984.

— **Christian Science Broadcasting** (Emissora Ciência Cristã), cujo proprietário é Pat Robertson, o qual por sua vez dirige um programa de televisão chamado "o clube dos 700", através do qual se recolheram 750 mil dólares para organizar os "esforços de pressão sobre o Congresso" e para dar ajuda aos contra-revolucionários. No total, a Christian Science deu uma ajuda que oscila entre cinco e sete milhões de dólares em di-



O treinamento de contra-revolucionário em acampamento da Flórida

nhexo e abastecimentos. Pelo menos uma vez, utilizou um programa oficial da armada dos Estados Unidos conhecido sob o nome "Hansclep" (aperto de mãos) mediante o qual o exército pode facilitar o transporte para o envio dos bens destinados aos contra-revolucionários. A Christian Science é a organização que individualmente forneceu maior ajuda aos contra-revolucionários.

— **Committee for the Survival of Free Congress** (Comitê para a Sobrevivência do Congresso Livre), a qual contempla uma soma de dezessete milhões de dólares em ajuda "para refugiados e para as forças militares pro-norte-americanas na América Central". O montante da ajuda que se deu aos contra-revolucionários, a Honduras e a El Salvador não é específico mas está contemplado dentro do total anterior.

— **Conservative Caucus** (Congresso Conservador), opera sob a coordenação do comitê anterior, dirigido por Andy Messing, o qual também é diretor do citado



# revolução nicaraguense

A escalada militar do governo Reagan na América Central conta, ainda, com uma forte oposição internacional. A queda das ditaduras em vários países importantes na América Latina estreitou ainda mais o campo de apoio a uma intervenção armada na América Central. Mesmo entre os seus aliados imperialista, o governo Reagan não tem conseguido o consenso para uma aventura militar.

E, finalmente, a força e o enraizamento popular do governo da Frente Sandinista tornam irrealizáveis os planos militares dos contras, que assim, têm se limitado apenas a ações de fustigamento. Os EUA sabem que a derrota militar dos sandinistas envolveria a participação direta das tropas americanas e teria um resultado incerto, prolongado e doloroso.

## Estrangulamento econômico

Sem condições políticas para avançar no estrangulamento militar da revolução

nicaraguense, o imperialismo opta por apertar o cerco econômico. As novas medidas de bloqueio significam um passo importante em uma escalada de agressões econômicas iniciadas desde os primeiros dias do primeiro mandado de Reagan.

Alguns dias após sua posse, Reagan ordenou o cancelamento de um empréstimo de dez milhões de dólares em alimentos para a Nicarágua. Em seguida, viria o corte dos quinze milhões restantes do empréstimo de 75 milhões de dólares contratado pelo governo de Carte à Nicarágua. Em 1981, seria suspensa toda a ajuda bilateral dos EUA à Nicarágua. Desde 1982, o Banco Mundial cessou os seus empréstimos à Nicarágua. E, no ano passado, a Nicarágua foi o único país a não receber empréstimos do Banco Interamericano do Desenvolvimento, por causa do veto dos EUA.

O bloqueio das exportações e importações entre a Nicarágua e Estados Unidos significam um rude golpe em um comércio que já cairia 60% entre 1979 e

1983. Apesar disso, os EUA eram até o ano passado o principal parceiro comercial da Nicarágua. Para lá, os nicaraguenses destinaram no ano passado 17% das exportações do país. De lá, a Nicarágua importava bens imprescindíveis como peças de reposição para a indústria, insumos agrícolas, remédios e equipamentos médicos.

O bloqueio das exportações e importações é um duro golpe em um país já sacudido por uma forte crise econômica. Crescimento da dívida externa, deterioração da capacidade industrial instalada, altos índices inflacionários, descapitalização do sistema financeiro local, florescimento do comércio especulativo, foram as tendências que marcaram a economia da Nicarágua em 1980.

Como primeiro fator gerador da crise está a guerra, contra-revolucionária alimentada e dirigida pelos EUA. Ela determina a alocação de investimentos da área produtiva para fins de defesa militar (os gastos com a guerra ocuparam 40% do orçamento estatal em 1984).

além de impedir a utilização de áreas importantes para a plantação agrícola no norte do país.

Em segundo lugar, está a crise econômica internacional. Os principais produtos de exportação da Nicarágua (café, algodão, e açúcar) sofreram uma desvalorização real de 30% no mercado internacional nos últimos anos. A dívida externa de quase cinco bilhões de dólares funciona como outro elemento de descompatibilização.

Por fim, há todo o legado de destruição do país gerado pela ditadura Somoza. Frente a este quadro extremamente difícil, os sandinistas têm orientado a política econômica em três sentidos: garantir as necessidades de defesa militar; estimular a produção e conter a anarquia do mercado.

Enfim, a luta contra a revolução nicaraguense continua a ser o eixo central das iniciativas do governo Reagan e a solidariedade a esta revolução continua a ser a tarefa internacionalista prioritária.

## para a contra-revolução

Conselho Nacional de Política e conta além disso com a colaboração permanente de um dos mais ativos norte-americanos na luta dos contra-revolucionários, Louis "Woody" Jenkins.

— **Friends of America** (Amigos da América), que junto com a Causa Internacional é qualificada pelos contra-revolucionários como os "mais ativos" no apoio que lhes é fornecido. Esta organização está relacionada com a Comissão do Caribe. Está sediada em Louisiana e seus dirigentes afirmam que a ajuda dada se canalizou em especial para os miskitos e não é militar. No entanto, seu diretor é definido pelos contra-revolucionários como "oficial de ligação" entre estes e o exército de Honduras (através do capitão Leonel Luque Jiménez). A organização também usa para enviar suas ajudas o transporte oficial do exército dos Estados Unidos, já que se considera que a ajuda fornecida é "humanitária" porque se dirige aos "refugiados" nicaraguenses.

— **Citizens for Reagan** (Cidadãos por Reagan). O montante e o tipo de ajuda não é explícito. Seu diretor é Peter Flaherty, mas se ocupou de atividades publicitárias para os contra-revolucionários entre outras.

— **Civilian Military Action Assistance** (Assistência Cívica Militar), sediada no Alabama e composta basicamente por veteranos do Exército dos Estados Unidos. Seus membros têm participado nas operações dos contra-revolucionários ao ponto de dois deles perecerem durante missões dentro da Nicarágua em setembro de 1984. Seu diretor é Thomas Possy, ex-mariner e veterano do Vietnã. A organização enviou além de seus homens e treinamento, pelo menos 70 mil dólares aos contra-revolucionários.

— **Humanitarian Development Foundation** (Fundação do Desenvolvimento Humanitário). Esta é uma organização de "cobertura", cuja sede legal está no Panamá e que é utilizada para "limpar" o dinheiro que vai para os contra-revolucionários, tal como fazem os traficantes de drogas para evitar o controle de seus fundos por parte dos Bancos dos Estados Unidos. O sistema também é utilizado pela CIA quando quer utilizar o dinheiro para suas operações e o objetivo principal é proteger a identidade dos doadores.

— **Panamerican Development Foundation** (Fundação Panamericana de Desenvolvimento), filiada a OEA, que se atribui a distribuição de "ajuda" humanitária na região, tem utilizado para fazer seus envios aviões postos à disposição pela Companhia Bananera United Branca, sem custos.

— **Pro American Education Foundation** (Fundação de Educação Pro Americana), presidida por Juan I. Huster, recolheu 6,3 milhões de dólares que entregou para "ajuda" à América Central. A base nacional aérea em Salfridge, Michigan, colaborou com as atividades de envio, com a aprovação do Departamento de Defesa.

— **Refuges Relief International Inc.** (Corporação de



O protesto das mães de sandinistas mortos na fronteira norte.

Ajuda Internacional aos Refugiados), sediada em Colorado e fundada em 1982. Conta com a ajuda dos membros da revista *Soldier of Fortune*. Enviou grupos médicos para prestar seus serviços aos contra-revolucionários em seus acampamentos em Honduras. Enviou também recursos médicos de 4,5 milhões de dólares para o Exército de El Salvador. A força aérea dos Estados Unidos aceitou fazer o transporte dos bens.

— **Soldier of Fortune Magazine** (Revista Soldados da Fortuna). Enviou meia tonelada de uniformes e roupa militar, assim como pelo menos dez equipes para colaborar com o treinamento de tropas em El Salvador (...). Tem outra organização dedicada a conseguir fundos para a guerra na América Central. Também tem base em Boulder, Colorado.

— **Summit Aviation**. O diretor é Richard C. Dupont e se especializa em modificar aviões Cessna 337 e similares para vendê-los a seus clientes privados. Está inscrita no Departamento de Estado como uma firma dedicada à venda de munições para o exterior. Efetuou vendas militares e de aviões à Tailândia, Haiti, Nicarágua (sob Somoza) e a Honduras. É uma organização que trabalhou em repetidas ocasiões como "contratante da CIA" para reformar aviões que a agência requer para suas ações secretas. A Summit está ligada ao avião Cessna 404 que foi derrubado na Nicarágua em setembro de 1984.

— **Veterans of Foreign Wars** (Veteranos de Guerra Estrangeiras), dirigida por Bob Currie. A maioria são

antigos membros do Exército e é marcadamente anti-comunista.

— **World Anti-Communist League** (Liga Mundial Anticomunista), dirigida pelo general da reserva John Songlaub, o qual visitou recentemente os acampamentos dos contra-revolucionários em Honduras. Doou pelo menos 500 mil dólares em dinheiro aos contra-revolucionários e milhões de dólares em uniformes, alimentos e equipamentos médicos.

— **World Medical Relief** (Ajuda Médica Mundial). Dá assistência alimentar e médica com a colaboração do Comando Aéreo dos Estados Unidos.

— **American Friends of The Nicaraguan Democratic Force** (Amigos Americanos da FDN). É uma criação da Humanitarian Development Foundation, que lançou uma campanha de anúncios pagos nos principais jornais norte-americanos pedindo ajuda aos contra-revolucionários.

— **Nicaraguan Patriotic Association** (Associação Patriótica Nicaraguense), sediada em Houston, no Texas. Seu diretor é Carlos López e está relacionada com a Christian Science Broadcasting. Seu secretário executivo afirmou que em 1982 enviou cem mil dólares aos contra-revolucionários. López está em contacto com Juan Sacasa, o qual é representante da FDN em Houston. Sacasa afirmou, por sua vez, que esta organização recebeu 500 mil dólares de arrecadações e que tem ajudado aos "refugiados" nicaraguenses em Honduras. ”



Voltamos a publicar, a partir desta edição, a seção "Preto no Branco", que contém os posicionamentos das principais publicações nacionais de correntes políticas do movimento operário, sobre os fatos mais importantes da conjuntura.

Este acompanhamento regular se justifica pela necessidade de termos de forma atualizada uma visão global sobre a evolução das diversas correntes do movimento.

Esta visão global é importante para todos os que se preocupam com a construção de uma frente única no movimento operário. Com a Aliança Democrática, as classes dominantes construíram um grau importante de unidade política que aumenta a sua capacidade de iniciativas na luta de classes. Por outro lado, o apoio à Aliança Democrática dado por correntes como o PCB e o PC do B, aprofunda a divisão já existente no seio do movimento operário, que se manifesta no plano político e sindical.



A continuidade e o aprofundamento desta divisão tem levado em geral à secularização do debate, inibindo possibilidades importantes de unidade na ação e impedindo o esclarecimento pleno das posições.

O jornal **Tribuna da Luta Operária**,



na sua edição de nº 214, por exemplo, comentando sem distinção os posicionamentos do PDT e PT sobre o problema sucessório colocado com a morte de Tancredo (o que já é um erro grosseiro, pois os posicionamentos foram diferentes), conclui: "Tenham ou não

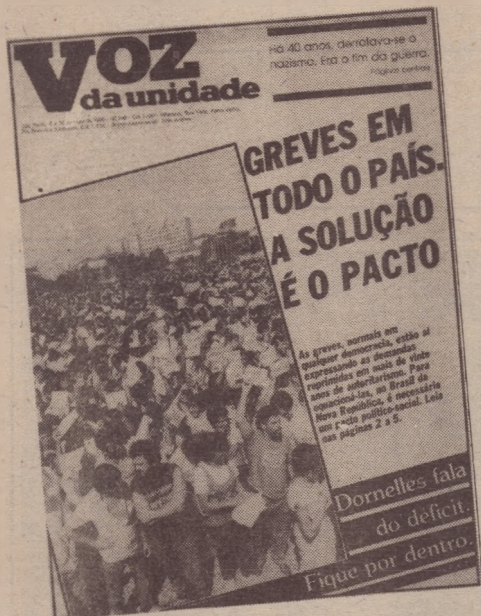
consciência disso, a atuação de tais partidos vai no sentido de dificultar a unidade do povo, lançar dúvidas, espalhar a confusão, emperrar as mudanças. Fazem um jogo auxiliar do PDS e da reação".

Já o jornal **Voz da Unidade**, por exemplo, trata assim a polêmica sobre o apoio ou não à "Aliança Democrática", em um editorial da edição de número 245: "E, neste momento, a linha divisória que separa os democratas verdadeiros dos equivocados é nítida: a defesa do programa e do cronograma da Aliança Democrática. O resto é perfumaria".

Não é preciso dizer que este debate setarizado se reproduz também no campo das forças que lutam pela independência de classe.

Sem deixar de apontar sempre a profundidade e a importância das divergências colocadas, o registro fiel das posições de cada corrente política só pode ser útil a todos os que lutam pela unidade dos trabalhadores.

Voz da Unidade alerta



O **Voz da Unidade** desde a véspera da morte de Tancredo saiu em defesa da garantia da posse e do mandato de Sarney.

O editorial da edição número 245 bate na tecla do cumprimento dos compromissos da Aliança Democrática, abrindo com uma citação de entrevista do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército. De acordo com o editorial: "O que a massa da população referendou, ao apoiar explicitamente os nomes de Tancredo Neves e José Sarney, foi o programa de mudança que eles apresentaram. A legitimidade do governo da

# As greves de agora parecerão brisa perto da ventania que se avizinha

transição, assim, depende menos da figura que estiver em seu comando do que da fidelidade àquele programa".

Um artigo na página 3 da mesma edição pergunta: "Pois se se aceitava e se aceita a legitimidade de Tancredo Neves, por que não a de Sarney? O gato põe o rabo de fora: querem confundir a oposição eventual a um governo com a recusa de sua legitimidade. E esta é uma posição no mínimo perigosa." Para o **Voz**, a proposta de realizar eleições diretas para presidente em 1985 é golpismo, cujo combate "insere-se na luta democrática e socialista com caráter estratégico".

O editorial da edição de número 247 analisa a presença popular no enterro de Tancredo, lembrando Getúlio Vargas. E afirma: "A herança de Tancredo Neves foi assumida pelo povo. Reacendendo a esperança, ela foi tomada e compartilhada pela massa, de cujas lutas derivou: democracia, liberdade, justiça social, desenvolvimento, soberania. Tudo aquilo que o regime de 1964 negou, perverteu, degradou. A plataforma anunciada por Tancredo tornou-se uma bandeira nacional." Na página 3, sob o título "A dor dos comunistas", o **Voz** publica uma carta de pesar assinada por Giocundo Dias em nome da Comissão Nacional Diretora Provisória do PCB.

A edição de número 248, traz artigo com o curioso título: "Definir as diretas, já". A vírgula é importante. O artigo comenta a acomodação das tensões no interior da Aliança Democrática em torno da duração do mandato de Sarney como positivas e conclui: "Só a tentação golpista, entretanto, já indica a necessidade sempre presente da vigilância dos democratas."

O **Voz** e as greves

A edição de número 245 traz a capa centralizada na greve dos metalúrgicos do ABC. "Os metalúrgicos saem na frente", afirma a chamada, que é comentada a seguir: "o patronato joga na coação; os trabalhadores diante da intransigência, respondem com o legítimo recurso da greve. Em São Paulo, mais uma vez, os metalúrgicos estão na vanguarda."

A edição de número 246 cobre a greve com artigo na página 10, centrado na demonstração de que as empresas podem atender às reivindicações dos metalúrgicos. Notícia sem comentar o acordo da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo com os patrões. E traz declaração do metalúrgico Cândido Hilário, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, criticando como precipitada a decisão da assembleia da categoria que havia decidido a paralisação em apoio ao ABC

(a diretoria em seguida desmarcaria a greve, passando por cima de assembleia).

A edição de número 248 retoma a centralidade no tratamento dos movimentos grevistas, agora com a proposta: "Greves em todo o país. A solução é o pacto". O editorial analisa: as greves (salvo raríssimas exceções) são justas e "poucos reparos podem ser feitos à condução das lutas"; o papel do governo vem sendo até agora positivo, mediando, travando a violência e evitando que os empresários repassem os custos das reivindicações; os patrões estão intransigentes, jogando tudo no confronto.

Na página 3, o **Voz** propõe mais concretamente que o governo se adiante às greves: "sem uma solução abrangente, as mobilizações de agora parecerão uma brisa perto da ventania que se avizinha". Como? Enviando ao Congresso, no curto prazo, um projeto que responda às principais exigências dos assalariados, ou seja, reajuste com base em 100% do INPC e um índice — a ser negociado em cada campanha salarial — a título de aumento real; correção salarial trimestral com base na integralidade do INPC; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e estabilidade no emprego.

O Trabalho propõe



A edição de número 234 da revista **O Trabalho** aparece com a chamada "Nova República-Impasses". Com fotos, chamadas para a greve dos metalúrgicos do ABC e para o impedimento de Tancredo Neves.

O tema das greves ocupa o centro das notícias sobre o Brasil. O editorial de uma página após denunciar a chantagem patronal feita a partir da doença de Tancredo, e depois de comentar a paralisação do governo, se posiciona: "A defesa da saída "constitucional" para a burguesia é uma necessidade. Os trabalhadores, por seu lado, nunca tiveram gosto por golpes e aventuras. Mas a atual Constituição é a mesma da "Velha República" que no caso, trata da mesma forma um movimento como a greve". A saída, de-

fende **O Trabalho**, está na convocação de uma Assembleia Constituinte que "respeitando a vontade soberana do povo, aprovasse, por exemplo, a jornada de 40 horas semanais, o direito de greve, a liberdade sindical, questionando, com isso, os acordos políticos com o FMI, com os banqueiros".

O artigo longo de cobertura da greve dos metalúrgicos dá destaque à agressão sofrida por José Luiz, presidente do Sindicato de São José dos Campos, e ao espancamento de líderes sindicais pela polícia. O artigo comenta a traição da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, que fez acordo em separado com a Fiesp. E procura mostrar como a greve concretamente vai solapando a base os pelégos.

O impedimento de Tancredo

Embora com a data de 22 de abril, a revista **O Trabalho** foi fechada antes da morte de Tancredo. A revista publica, com a assinatura da redação, um posicionamento ainda inicial sobre os fatos. Após ressaltar a incapacidade de Sarney representar o mesmo papel unificador que Tancredo desempenhava em relação à Aliança Democrática, o artigo afirma que "nem os trabalhadores, nem o povo tem interesse na incerteza para seu futuro, na propagação da insegurança". A saída, repete **O Trabalho**, está na convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte que marque inclusive eleições diretas para o sucessor de Sarney.



Tribuna da Luta Operária denuncia

# Trama desestabilizadora da "Nova República"

A TLO tem assumido uma postura agressiva de apoio a José Sarney.

A edição de número 213 traz a chamada principal da capa: "Imperialismo tece intrigas contra a Nova República". A chamada procura se sustentar nas afirmações contidas em dois editoriais do *New York Times* e *Wall Street Journal*, questionado a capacidade de Sarney ser o condutor da transição política. Por que o imperialismo estaria contra Sarney? A TLO faz a seguinte leitura do *Wall Street* "é porque Sarney não impediu, à velha moda ditatorial, a greve dos metalúrgicos paulistas".

O editorial afirma: "uma unidade abstrata, em torno apenas dos compromissos gerais da Aliança Democrática, não atenderia às necessidades políticas. O trabalho de todos os interessados na consolidação da democracia e nas transformações progressistas ficaria disperso se não convergisse praticamente nestes a apoio a Sarney". Na página 3, um artigo reproduz os trechos principais do discurso de Sarney no Congresso Brasileiro de Escritores.

A edição de número 214 dá toda a cobertura enterro de Tancredo Neves. No enterro, diz o editorial, teria se manifestado a contradição da Nova República: o povo chorando a morte do presidente e expressando a sua firme determinação de manter erguida a bandeira da liberdade e, de outro lado, os militares que buscavam transformar as solenidades num ritual elitista, usando a truculência para afastar a presença popular. O editorial afirma: "A Nova República vai ser marcada por esta contradição. O povo quer mudar e os reacionários, os conservadores, em particular as Forças Armadas,

que querem manter o velho e perpetuar a herança do autoritarismo. A decisão será dada pela capacidade do povo transformar a impressionante unidade manifestada na despedida de Tancredo Neves, em mobilização e organização, neste momento para apoiar o presidente José Sarney e batalhar pelas transformações progressistas". Nas páginas internas, a nota do PC do B: "Manter a unidade é a melhor homenagem a Tancredo".

A edição de número 215 denuncia em matéria da página 3 a *Folha de São Paulo* por participar de uma trama desestabilizadora do governo Sarney. De acordo com a TLO, a *Folha de São Paulo*, ao noticiar articulações entre Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães e Montoro em torno da redução do mandato de Sarney "aparece novamente como um instrumento a serviço da divisão das forças democráticas e da desestabilização da Nova República. "Em matéria interna, é noticiado o encontro de Sarney com os deputados que apoiam o PC do Brasil.

Por fim, a edição de número 216 anuncia "Começam as mudanças", arrolando as decisões recentes aprovadas no Congresso. O editorial fala da "maré progressista" que forçou o Congresso a aprovar as mudanças. Na página 3, em dois artigos, um deles assinado pelo deputado federal Luis Guedes, são feitos comentários sobre as limitações nas reformas, enfatizando porém o seu caráter positivo. Um artigo de três colunas elogia Sarney por ter enviado emenda restabelecendo eleições diretas para a Presidência.

## A TLO e as greves

Apoiando o movimento grevista, criti-

cando a atitude patronal de intransigente, a TLO tem elogiado a atitude do governo da "Aliança Democrática". Sem informar em nenhum momento sobre o papel de vanguarda da CUT e das lideranças petistas no recente ciclo grevista, a TLO se limita a fazer algumas críticas laterais à condução da greve dos metalúrgicos.

A edição de número 213, em chamada secundária de primeira página, afirma: "greve metalúrgica ganha mais adesões e vitórias". A matéria na contra-capa não critica a aceitação pela Federação dos Metalúrgicos Paulistas do acordo com a FIESP, que não obteve nem a redução da jornada nem a trimestralidade. E devolve a responsabilidade sobre o fato: "Mais uma vez ficou patente o prejuízo causado pela divisão que, fruto do sectarismo e partidarismo estreito das cúpulas, acabou atingindo as bases e enfraquecendo a luta da classe em seu conjunto".

A edição de número 214 traz um longo artigo recordando a história da luta da classe operária internacional pela redução da jornada de trabalho. Na página 7, uma matéria curta cobre a continuidade da greve dos metalúrgicos paulistas.

A edição de número 215 sauda em manchete: "Greves conquistam redução da jornada". O editorial "O teste das greves" é centrado na diferenciação da atitude de negociação do governo Sarney em relação à atitude repressivos governos ditatoriais. A cobertura das greves finaliza criticando a tática imprimida em São Bernardo ao movimento: "Nesta hora alguns questionam: "a vaca brava está chifrando os patrões ou os próprios operários?" Uma matéria

Convergência Socialista defende

# Não à legalidade com Sarney! Diretas em 85

A Convergência Socialista adotou já antes da morte de Tancredo a posição de denunciar com veemência a tese da "legalidade com Sarney".

Na edição número 34, um longo artigo na terceira página: "O que se esconde por trás da legalidade com Sarney". Após denunciar a "gigantesca máquina promocional dos patrões, que já havia criado expectativas em torno do governo Tancredo, e que está voltada a martelar em nossas cabeças que a democracia só pode ser garantida com Sarney na presidência", a Convergência polemiza com o PCB e o PC do B sobre a possibilidade de um retrocesso ao regime militar de 64: "Na verdade, a ditadura foi derrubada no ano passado pelas mobilizações das diretas já que deixaram os militares pela primeira vez em 20 anos impedidos de ditar os destinos do Brasil. Hoje eles sabem que se tentarem voltar haverá uma explosão social que abrirá caminho para uma revolução no país. É isso que mais temem." E conclui, após criticar a vacilação de alguns setores do PT: "em caso de confirmação do impedimento definitivo de Tancredo Neves, a CUT e o PT devem dizer não à legalidade com Sarney. Devem levantar claramente para todos os trabalhadores eleições diretas em 1985".

Na edição de número 36, o artigo

"Quem são os mortos da classe trabalhadora", explica porque as bandeiras vermelhas da Convergência "não foram vistas nas manifestações do dia 22 (de abril), ao lado de outras bandeiras, também vermelhas, do PC do B e do PCB, ou das bandeiras verde-amarelas do MR-8, organizações que conscientemente se somam à campanha patronal e que tentam infundir na classe trabalhadora confiança nos políticos, nos partidos e no governo da classe inimiga: a burguesia". Na página 2 é reproduzida a nota da direção nacional da CUT que defende a convocação de eleições diretas para a presidência da República e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.

A edição de número 37 reproduz declarações de Ronald Reagan, do presidente da FIESP, do PCB, do PC do B e da CNBB favoráveis a Sarney. No editorial, uma advertência: "Os patrões e os pelegos querem a unidade em torno do latifundiário José Sarney para que os trabalhadores esperem "dois anos para a Constituinte" e "dois, três e até quatro anos para as diretas para a Presidência". "Se aceitarmos esta proposta, estaremos assinando o nosso atestado de óbito, pois este governo que ai está, e que não foi eleito pelo povo, vai nos matar de fome nos próximos dois, três ou quatro anos para garantir o lucro dos

patrões e o pagamento da dívida externa".

## A Convergência e as greves

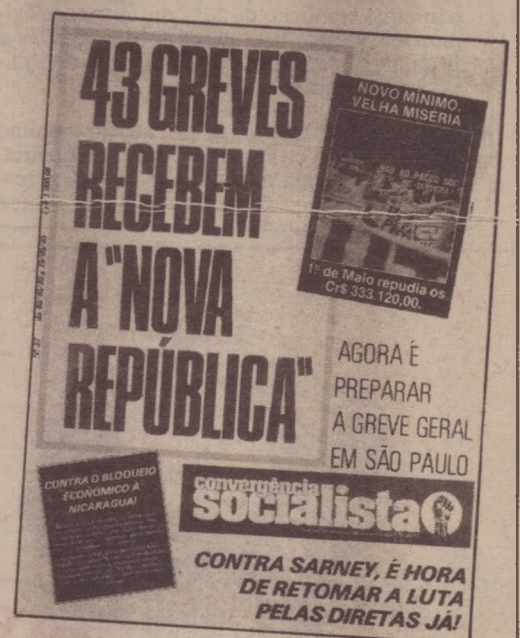
A Convergência abordou o recente ciclo de greves sob o ponto de vista da propaganda da greve geral. A manchete da edição nº 34, além de reproduzir um desenho clássico de uma passeata de trabalhadores, anunciava: "Metalúrgicos do ABC e Interior: começou a GREVE GERAL". O editorial, centrado na advertência de que os patrões estavam usando a doença de Tancredo para bloquear as greves, cita Lula: "os metalúrgicos não podem se imobilizar agora quando os patrões tentam transformar o drama pessoal de um homem num drama maior do que o da fome da classe trabalhadora". Na página central, um apelo para que os metalúrgicos do ABC e Interior que estão em greve convoquem uma greve geral no estado de São Paulo.

A cobertura da edição 36 é voltada para a crítica da suspensão da greve por alguns dias decidida pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo em função da morte de Tancredo. O editorial afirma que esta medida "permitiu um respiro à patronal e ao governo diante do cerco que os encurralava. Esse respiro representa demissões, intensificação da repressão nos locais de trabalho, reposição dos estoques." Em segui-



"Municipando o patronato" atribui à detenção dos funcionários mensalistas na GM de São José dos Campos ao "aventureirismo trotskista da Convergência Socialista".

A edição de número 216 dá destaque à luta dos trabalhadores nas estatais paulistas e à continuidade da greve dos metalúrgicos. Esta última, termina com uma crítica à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo que teria "reforçado a proposta absurda dos empresários, que querem repassar os reajustes salariais para os consumidores de veículos, liquidando a política de controle de preços do governo".



da, entrevistas com ativistas da GM de São Caetano e de São Bernardo criticando a decisão do sindicato dos metalúrgicos.

A edição número 37 denuncia a campanha da imprensa burguesa contra as greves, cobre o 1º de maio na Sé e propõe um plano de três passos básicos para a greve geral estadual: "a convocação de atos de ruas, para os quais sejam chamadas todas as categorias mobilizadas; a realização de um dia estadual de paralisação e a greve geral estadual contra o arrocho." Uma nota de pé de página promete uma resposta à crítica feita por Jair Meneguelli na assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo à Convergência, por ter divulgado nota contrária à suspensão da greve.



# O velho arrocho da "Nova República"

Apesar de toda a propaganda, o novo reajuste decretado pelo governo Sarney não retira o salário mínimo de um dos níveis mais baixos de sua história.

A. Xavier

salários mínimos, 64 anos. Estas informações são do IBGE e valem para o ano de 1980. A situação atual é pior.

## O arrocho ao longo da história

O nível atual do salário mínimo só encontra alguma semelhança com aquele do início da década de 50. Apenas com o início do governo Vargas, segundo os cálculos do Dieese, em cruzeiros atuais, o salário mínimo foi elevado para o patamar dos Cr\$ 500.000 mensais. Foi durante parte do período do populismo, entre os anos de 1955 a 1962, que o salário mínimo se manteve acima do nível em que foi decretado em 1940.

Durante os 21 anos de ditadura militar, o poder de compra do salário mínimo foi sendo violentamente comprimido. Em 1970, o salário mínimo real era já 31% inferior ao de 1940. Em 1980, a perda do salário mínimo real em relação a 1940 era de 38%. Em 1984, nova queda: o salário mínimo tinha quase a metade do poder de compra de 1940.

Desta forma, não há como fugir à constatação de que os salários da "Nova República" estão mais para a "República dos militares-FMI", do que para a "República Getúlio-Jango". Se a manutenção do salário mínimo neste patamar garante a continuidade de perdas violentas do poder dos assalariados, reafirma-se igualmente que o arrocho salarial, a contenção do consumo interno e as exportações a qualquer preço continuam a ser os mecanismos privilegiados para o pagamento da dívida externa e para a garantia dos lucros dos grandes bancos internacionais.

Após muitas divergências internas, o governo Sarney decretou aquela que foi saudada como a medida mais avançada no campo social da "Nova República": o reajuste de 112% do INPC para o salário mínimo. Apesar de toda a propaganda, uma migalha: o novo reajuste não retira o salário mínimo de um dos níveis mais baixos de sua história.

Com o novo reajuste, o salário mínimo é de Cr\$ 333.120. Deveria ser, segundo o Dieese, que faz os cálculos de acordo com o que está previsto na Constituição, de Cr\$ 980.000. Dezesesseis reajustes como o que foi agora decretado — ou seja, de 112% do INPC — seriam necessários para que o salário mínimo atingisse o nível previsto na Constituição. Ou seja, mantido o sistema de reajustes semestrais, apenas em oito anos o valor do salário mínimo seria realmente suficiente para cobrir os custos de subsistência do trabalhador. Até lá...

São 21 milhões de brasileiros que recebem o salário mínimo hoje, ou seja, 40% da população economicamente ativa. Além disso, apesar do seu valor simbólico atual, o salário mínimo é uma referência geral para o estabelecimento dos salários para a grande maioria dos assalariados. O seu rebaixamento funciona como um elemento estimulador do arrocho salarial para um outro conjunto de trabalhadores que recebem além do mínimo.

O resultado desta situação escandalosa se reflete bem na estimativa de vida do brasileiro ao nascer: aqueles que recebem até um salário mínimo têm uma esperança de vida de 55 anos e os que recebem de 2 a 5

## Aqui, o conto do vigário

O salário mínimo dobrou, dizem. Mas veja como os que recebem salário mínimo continuam perdendo com este reajuste. Com a inflação, ele estará comprando daqui a seis meses a metade do que compra hoje.

O valor nominal do salário mínimo foi dobrado. Só que, enquanto o preço mínimo da mercadoria força de trabalho se manterá constante nos próximos seis meses, os preços de todas as demais mercadorias elevar-se-ão mensalmente. Assim, esta duplicação nominal do salário mínimo recoloca seu poder de compra apenas no alto de uma ladeira, onde encontrava-se há exatamente seis meses, cujo declínio será imediato e inexorável.

Com o seu valor nominal dobrado, o salário mínimo de hoje é 6% superior ao que seria se tivesse sido reajustado em 100% do INPC. Como todas as previsões otimistas estão apontando para uma taxa de elevação dos preços em torno de 10% mensais, no final dos próximos seis meses o novo salário mínimo somente comprará metade daquilo que atualmente compra.

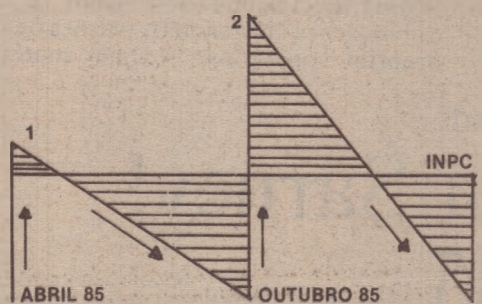
### Valor médio

A perda do poder de compra do atual salário mínimo nos próximos seis meses pode ainda ser verificada, quando consideramos o seu valor médio do período. Na realidade, a duplicação nominal do salário mínimo nada mais fará que provocar a perda do poder de compra médio dos assalariados que recebem o mínimo em torno de 20% durante os próximos seis meses. Essa perda média de 20% é justamente provocada pela corrosão do salário pela inflação.

O reajuste trimestral do salário mínimo não eliminaria estas perdas, mas as reduziria. Somente a escala móvel de salários — o reajuste automático do salário mínimo sempre

que a inflação alcançar uma taxa estipulada, por exemplo, 10% — poderia eliminar estas perdas. Mantido o reajuste apenas de seis em seis meses, o salário mínimo deveria ser reajustado no mínimo 40% acima do INPC para que houvesse qualquer tipo de ganho real durante todo o próximo semestre.

O gráfico abaixo ilustra estas considerações. Em 1, temos a situação atual em que o valor nominal do salário mínimo foi dobrado, em 2, houve reajuste do mínimo de 140% do INPC. A linha simples é o INPC, enquanto a linha dupla é o poder de compra. A área compreendida nas linhas horizontais reflete as perdas do poder de compra em cada período; a área compreendida nas linhas verticais reflete os ganhos. Somente no caso 2, os ganhos e perdas seriam equilibrados. No caso da aplicação da escala móvel ao salário mínimo, as linhas do INPC e do poder de compra praticamente se igualariam.



## Assine EM TEMPO

### 200 edições na luta pelo socialismo

- Em novembro de 1977, veio à luz o jornal EM TEMPO. Sete anos e meio depois, chegamos a edição de número 200. 200 edições em defesa do movimento operário independente, do socialismo, da luta dos trabalhadores de todo o mundo.
- Um dos jornais mais antigos que sobreviveram da chamada imprensa alternativa, EM TEMPO participou engajadamente da luta que levou ao fim da ditadura militar.
- Agora, quando as forças políticas da burguesia reformam o regime político, criam ilusões e cooptam setores do movimento popular, EM TEMPO reafirma a sua tradição de luta ao lado do movimento operário independente pela democracia e pela mudança da política econômica pró-imperialista.
- EM TEMPO engajou-se desde a primeira hora na construção do PT e da CUT. E, como expressão de uma corrente marxista revolucionária do movimento operário, continuará nos próximos anos dando a sua contribuição à luta pelo socialismo.

À Editora Aparte Ltda.

Estou enviando cheque nominal no valor de Cr\$ ..... referente a:

- Assinatura anual do jornal EM TEMPO (26 números) - Cr\$ 25.000
- Assinatura semestral do jornal EM TEMPO (13 números) - Cr\$ 15.000
- Assinatura anual da revista Perspectiva Internacional (6 números) - Cr\$ 20.000

Editora Aparte Ltda. - Tel.: 852-8880 - Rua Francisco Leitão, 57 - CEP 05414 - Pinheiros - São Paulo

